



Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras e Relatório de Controles Internos sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas e são de responsabilidade do Conselho de Administração e da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e refletem as melhores estimativas e julgamentos da Administração, com base nas informações atualmente disponíveis. A Companhia desenvolveu e mantém um sistema de controles internos para garantir, de maneira razoável, a confiabilidade de suas informações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para R\$ e traduzidas para português, com base nas demonstrações financeiras consolidadas em US\$ e em inglês, auditadas pela PricewaterhouseCoopers LLP, Chartered Professional Accountants, Licensed Public Accountants. Seu relatório descreve o escopo de seu exame e opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração mantém um sistema de controles internos para fornecer segurança razoável de que os ativos da Companhia são protegidos e contabilizados, que as transações são autorizadas e para facilitar a preparação de informações financeiras relevantes, confiáveis e oportunas. Quando apropriado, a Administração usa seu melhor julgamento, com base nas informações atualmente disponíveis, para fazer estimativas necessárias para garantir a apresentação adequada e consistente dessas informações.

O Conselho de Administração é responsável por garantir que a Administração cumpra suas responsabilidades pelas demonstrações financeiras e controles internos e exerce essa responsabilidade por meio do Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria é composto por três diretores, todos independentes. As funções do Comitê de Auditoria são revisar as demonstrações financeiras consolidadas trimestrais e anuais e submetê-las ao Conselho de Administração para aprovação; revisar a adequação do sistema de controles internos; revisar quaisquer assuntos regulatórios contábeis, financeiros e de segurança relevantes; recomendar a nomeação de auditores independentes; e aprovar o escopo do trabalho de auditoria e não auditoria dos auditores independentes.

“Rodrigo Barbosa”

Presidente, CEO

“Kleber Cardoso”

CFO

Tortola, Ilhas Virgens
Britânicas 1 de março
de 2021

Aura Minerals Inc.

Demonstrações Consolidadas do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	nota	2020	2019
Receita líquida	19	1.570.045	898.308
Custo dos produtos vendidos	20	(920.570)	(703.750)
Lucro bruto		649.475	194.558
Despesas gerais e administrativas	21	(95.526)	(46.809)
Despesas de tratamento e manutenção	22	(8.185)	(5.803)
Gastos com exploração	23	(28.261)	(13.820)
Lucro operacional		517.503	128.126
Despesas Financeiras	24	(48.358)	(31.274)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	(56.833)	(27.215)
Lucro antes do impostos de renda		412.312	69.637
Imposto de renda corrente		(125.238)	(39.388)
Imposto de renda diferido	14	97.917	73.962
Lucro líquido do exercício		384.991	104.211
Lucro por ação (em R\$):			
Basico	32	5,67	1,60
Diluido	32	5,57	1,58
Média ponderada das ações ordinárias em circulação:			
Básico	32	67.912.271	65.294.719
Diluído	32	69.148.606	65.915.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	384.991	104.211
<i>Conversão de moeda estrangeira realizada no resultado (Nota 4)</i>		-
Resultado na conversão de moeda estrangeira de subsidiárias	(553)	(2.268)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	6.592	1.669
<i>Itens que não serão reclassificados para o resultado</i>		
Ganho (perda) atuarial sobre benefícios pós-emprego, líquido de impostos	(2.922)	(2.345)
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	3.117	(2.944)
Resultado abrangente do exercício	388.108	101.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		384.991	104.211
Itens que não afetam caixa	26(a)	195.678	79.578
Variações no capital de giro	26(b)	(16.540)	(31.971)
Impostos pagos		(49.184)	(7.123)
Outros ativos e passivos	26(c)	(22.694)	146
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		492.251	144.841
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado, líquido	11	(269.883)	(103.497)
Resgates líquido no vencimento de aplicações financeiras		-	38.964
Valor recebido da venda de imobilizado		5.224	921
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(264.659)	(63.612)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção de empréstimos	26(e)	69.017	79.873
Pagamentos de dividendos	28	(13.556)	-
Valores recebidos pelo IPO na B3	18	277.567	-
Valor recebido pelo exercício de opções de ações		(575)	(170)
Pagamento de empréstimos de curto prazo	26(e)	(77.107)	(34.029)
Pagamento de outros passivos	17(a)	(6.071)	(3.704)
Pagamento do principal de passivos de arrendamento	17(b)	(13.907)	(1.746)
Juros de empréstimos pagos	26(e)	(16.029)	(9.353)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		219.340	30.871
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		446.420	112.100
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		8.964	3.860
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício		156.673	40.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		612.057	156.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Balanços Patrimoniais Consolidados

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		612.057	156.673
Caixa restrito		1.772	928
Impostos a recuperar e outros créditos	7	185.849	126.846
Estoques	8	241.855	135.170
Outros ativos circulantes	9	87.984	24.744
		1.129.517	444.361
Ativos realizável a longo prazo	10	53.022	39.311
Imobilizado	11	1.409.132	856.508
Imposto de renda diferido ativo	14	194.746	72.617
		2.786.417	1.412.797
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	378.799	229.718
Instrumentos financeiros derivativos	27	811	915
Empréstimos de curtos prazo	13	148.028	89.095
Impostos a pagar		86.365	24.817
Outras obrigações correntes	17	13.293	7.836
		627.296	352.381
Empréstimos	13	217.953	84.040
Imposto de renda diferido passivo	14	56.291	33.515
Provisão para fechamento e restauração de minas	15	204.983	121.493
Outras provisões	16	49.566	30.625
Outros passivos	17	5.248	2.257
		1.161.337	624.311
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	3.211.888	2.294.617
Agio na subscrição de ações		290.339	223.398
Outros resultados abrangentes		24.798	21.681
Prejuízos acumulados		(1.901.945)	(1.751.210)
		1.625.080	788.486
		2.786.417	1.412.797

Aprovado em nome do Conselho de Administração:

“Stephen Keith”

Stephen Keith, Diretor

“Rodrigo Barbosa”

Rodrigo Barbosa, Presidente, CEO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	65.301.120	2.294.617	223.398	21.681	(1.751.210)	788.486
Exercício das opções	17.910	221	(796)	-	-	(575)
Opções de ações emitidas	-	-	3.084	-	-	3.084
Emissão de Ações por IPO no Brasil	5.423.430	259.776	-	-	-	259.776
Lucro líquido do período	-	-	-	-	384.991	384.991
Resultado na conversão de subsidiárias	-	-	-	(553)	-	(553)
Ganho (perda) atuarial sobre o passivo por indenização, líquido de impostos	-	-	-	(2.922)	-	(2.922)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	-	657.274	64.653	6.592	(535.726)	192.793
Em 31 de dezembro de 2020	70.742.460	3.211.888	290.339	24.798	(1.901.945)	1.625.080

	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	65.059.140	2.204.963	214.094	24.903	(1.768.114)	675.846
Exercício das opções	241.980	879	(1.049)	-	-	(170)
Opções de ações emitidas	-	-	1.773	-	-	1.773
Lucro líquido do período	-	-	-	-	104.209	104.209
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12.524)	(12.524)
Resultado na conversão de subsidiárias	-	-	-	(2.268)	-	(2.268)
Ganho (perda) atuarial sobre o passivo por indenização, líquido de impostos	-	-	-	(2.345)	-	(2.345)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	-	88.775	8.580	1.391	(74.781)	23.965
Em 31 de dezembro de 2019	65.301.120	2.294.617	223.398	21.681	(1.751.210)	788.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Aura Minerals Inc. (“Aura Minerals”, “Aura” ou “Companhia”) é uma empresa de produção de ouro e cobre focada na operação e no desenvolvimento de propriedades de mineração nas Américas.

A Aura Minerals é uma empresa de capital aberto com registro na Bolsa de Valores de Toronto (sob o código: ORA) e na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 (Símbolo: AURA33). Aura é incorporada sob a Lei das Ilhas Virgens Britânicas (*BVI Business Companies Act, 2004*). A sede da Aura está localizada em Craigmuir Chambers, PO Box 71, Road Town, Tortola VG1110, Ilhas Virgens Britânicas. Aura mantém uma sede administrativa na 78 SW 7th Street, Suite # 7144, Miami Florida 33130, Estados Unidos da América.

O acionista majoritário da Aura é a Northwestern Enterprises Ltd (“Northwestern”), uma empresa de propriedade do Presidente do Conselho de Administração da Companhia (o “Conselho”).

Estas demonstrações financeiras consolidadas (as “demonstrações financeiras”) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021 e autorizadas para emissão em 1 de março de 2021.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas com base na continuidade das operações utilizando o custo histórico, exceto para aqueles ativos e passivos que são mensurados por valores reavaliados ou valores justos no final de cada período de relatório, conforme explicado na *Nota 4 - Resumo das Principais Políticas Contábeis*. Adicionalmente, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas usando o regime de competência, exceto para informações de fluxo de caixa.

A moeda funcional da Companhia e da maioria de suas controladas é o dólar dos Estados Unidos (“dólar dos EUA” ou “US\$”), exceto para diversas empresas de serviços no México que possuem moeda funcional em Pesos Mexicanos (“pesos mexicanos” ou “Mex\$”) e diversas subsidiárias no Brasil em Reais (“reais” ou “US\$”), respectivamente. Todos os valores nas demonstrações financeiras consolidadas são arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras consolidadas em inglês, de acordo com o IFRS e com a moeda de apresentação em dólares dos EUA. As presentes demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentadas em português e em Reais, de acordo com o item XI do Artigo 2, Anexo 3 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

3 IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19

No final de 2019, um novo surto do Coronavírus (“COVID-19”) foi relatado na China. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do COVID-19 como uma pandemia.

Durante o primeiro trimestre de 2020, medidas foram tomadas pelos governos para conter a pandemia, inclusive em alguns dos países em que a Aura opera. Em 16 de março de 2020, o governo hondurenho aprovou pelo Decreto PCM 21-2020, entre outras coisas, a suspensão do trabalho nos setores públicos e privados, com as empresas privadas como a Aura tendo que operar com uma força de trabalho mínima para manutenção geral de no máximo 50 pessoas. As operações de mineração em San Andres foram interrompidas e a Aura Minerals reduziu sua força de trabalho ao número

mínimo para manter as atividades de resíduos e continuar a atender os requisitos ambientais referentes às operações e outras atividades críticas na mina. Posteriormente, O governo hondurenho havia emitido novas ordens desde então estendendo seu decreto previamente emitido até 24 de maio de 2020. A Aura, através da concessão de uma autorização especial do governo hondurenho, foi autorizada a retomar totalmente as operações em San Andres em 26 de maio de 2020.

Em 31 de março de 2020, o governo mexicano emitiu um decreto ordenando a suspensão de todas as atividades não essenciais nos setores público e privado até 30 de abril de 2020, que foi estendido até 30 de maio de 2020. Entretanto, em 12 de maio de 2020, as atividades de mineração foram incluídas como atividades essenciais pelas autoridades mexicanas, e as empresas de mineração foram autorizadas a solicitar autorização para retomada integral de suas atividades a partir de 18 de maio de 2020. O decreto de 31 de março de 2020 permitia que as empresas mantivessem atividades críticas que, se fossem interrompidas, poderiam resultar em um dano potencialmente irreversível que impossibilitasse sua continuidade. Consequentemente, a Aura suspendeu todas as operações não essenciais em Aranzazu e manteve apenas atividades críticas que são necessárias para evitar a materialização de riscos de segurança e/ou ambientais e a ocorrência de danos potencialmente irreversíveis que poderiam impedir a continuidade de nossas operações. Em 27 de maio de 2020, a Aura obteve autorização e retomou as operações na mina de Aranzazu.

A Aura está monitorando a evolução da pandemia e instituiu algumas medidas preventivas para assegurar a segurança de seus trabalhadores e comunidades locais, mantendo pessoal essencial nas minas e pessoal não essencial trabalhando remotamente.

Em 31 de dezembro de 2020, as moedas do Brasil e do México tinham se desvalorizado em relação a 31 de dezembro de 2019 em 29% e 18%, respectivamente, o que afetou diversos saldos das demonstrações financeiras, incluindo ganhos/perdas cambiais (*Nota 25*), impostos diferidos (*Nota 14*) e impostos a recuperar (*Nota 7*).

Como resultado dos eventos e fatos descritos acima, as premissas utilizadas pela Companhia, como preços futuros de metais, taxas de câmbio, taxas de desconto, e outras premissas básicas, estão sujeitas a grande incerteza dadas as atuais condições econômicas. A extensão em que o COVID-19 impactará as atividades ou resultados financeiros futuros (inclusive o "impairment" de ativos não financeiros) e a duração da pandemia, dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não são conhecidos no momento.

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Companhia e de todas as entidades sobre as quais detém controle. Todos os saldos, transações, receitas, despesas, lucros e perdas entre as empresas, incluindo ganhos e perdas não realizados, foram eliminados na consolidação. A Companhia consolida suas investidas quando tem a capacidade de exercer controle.

O controle de uma entidade é definido para existir quando a Companhia está exposta a retornos variáveis do envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder sobre a entidade. Especificamente, a Companhia controla uma entidade se, e somente se, todos os elementos a seguir estiverem presentes: 1) poder sobre a entidade (ou seja, direitos existentes que dão à Companhia a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da entidade); 2) exposição, ou direitos, a retornos variáveis do envolvimento com a entidade; 3) e a capacidade de usar o poder sobre a entidade para afetar seus retornos. Para as entidades controladas e não controladas, os ativos líquidos atribuíveis a acionistas externos são apresentados como "participações de não

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

controladores". Adicionalmente, qualquer lucro ou perda para o período que seja atribuível a participações de não controladores é calculado com base na propriedade dos acionistas minoritários da controlada.

As principais controladas da Companhia com as operações e projetos de mineração correspondentes são:

- Minerales de Occidente, S.A. (Honduras) ("Minosa")
 - A mina de ouro a céu aberto de San Andres em Honduras (a "Mina de San Andres")
- Mineração Apoena Limitada (Brasil) ("Apoena" ou "EPP")

A mina a céu aberto Ernesto no Brasil (a "Mina Ernesto")

 - A mina subterrânea Pau-a-Pique no Brasil (a "Mina Pau-a-Pique")
 - A mina de ouro a céu aberto de São Francisco no Brasil (a "Mina de São Francisco")
 - A mina de ouro a céu aberto de Japonês no Brasil (Mina de Japonês)
 - A mina de ouro a céu aberto Lavrinha no Brasil (a "Mina Lavrinha")
- Aranzazu Holding S.A. de C.V. (México) ("Aranzazu")
 - A mina subterrânea de Aranzazu no México (a "Mina de Aranzazu"), que produz um concentrado de cobre-ouro-prata
- Gold Road (Arizona, EUA)
 - A mina Gold Road ("Estrada de Ouro) localizada no histórico distrito mineiro de Oatman, no nordeste do Arizona, na fronteira de Califórnia-Nevada-Arizona. A propriedade inclui outros veios adjacentes historicamente minerados, incluindo Gold Ore, Tru-Vein e Big Jim (Consulte a nota 8) A Gold Road declarou a produção comercial em dezembro de 2020.
- Projeto no Brasil e na Colômbia
 - O Projeto de Ouro de Almas ("Almas") localizado no estado do Tocantins, Brasil
 - O Projeto de Ouro de Matupá ("Matupá") localizado no estado de Mato Grosso, Brasil
 - Projeto de Ouro Tolda Fria ("Tolda Fria") localizado no estado de Caldas, Colômbia

Embora a Companhia possua apenas 49% dos direitos de voto na Apoena, a Companhia determinou que possui a participação efetiva total sobre a entidade, pois a Companhia está exposta a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder de controlar as atividades da entidade. Assim, Apoena é totalmente consolidada nestas demonstrações financeiras consolidadas

Combinação de Negócios

A Companhia usa o método contábil de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O valor justo da aquisição de uma controlada é baseado no valor justo dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos e do valor justo da contraprestação pago. Os custos relacionados com a aquisição são contabilizados como despesas, conforme incorridos. Ativos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente em seus valores justos na data de aquisição. O excesso, se houver, da contraprestação sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. No caso de uma compra vantajosa, quando o valor total considerado for menor que o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida, a diferença é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas contas de cada uma das entidades da Companhia são medidos usando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera (a "moeda funcional").

Conforme mencionado na Nota 2, essas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"). Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com o item XI do Artigo 2, Anexo 3 da Instrução CVM

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Companhia considerou a metodologia apresentada no IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio.

A aplicação desta metodologia, utilizada para converter as demonstrações financeiras de US\$ para R\$, resume-se a seguir:

- As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa cambial disponíveis no fim de cada exercício;
- A demonstração de resultado foi convertida à taxa de câmbio média trimestral;
- O patrimônio líquido inicial foi convertido à taxa de câmbio de 1º de janeiro de 2017, de acordo com o disposto no IFRS 1, que todas as diferenças de conversão acumulada sejam ajustadas a zero, e todos os movimentos posteriores converteram-se à taxa de câmbio trimestral;
- As diferenças decorrentes da conversão das contas do patrimônio líquido são registradas em cada uma em sua própria conta, e as demais diferenças decorrentes da conversão anterior se registram dentro da conta de diferença de conversão acumulada no patrimônio; e
- Para efeitos de divulgação, as notas relativas ao fluxo de caixa converteram-se às taxas de câmbio médias trimestrais.

A moeda funcional da Companhia e da maioria de suas controladas é o dólar dos Estados Unidos (“dólar dos EUA” ou “US\$”), exceto para diversas empresas de serviços no México que possuem moeda funcional em Pesos Mexicanos (“pesos mexicanos” ou “Mex\$”) e diversas controladas no Brasil em Reais (“reais” ou “R\$”), respectivamente. Todos os valores nas demonstrações financeiras consolidadas são arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional relevante utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transações e da conversão às taxas de câmbio de final de período dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos nas demonstrações de resultados consolidadas.

Conversão dos resultados das controladas para US\$ (antes da conversão para moeda de apresentação R\$)

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas da Companhia com moedas funcionais diferentes de US\$ (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiper inflacionária), principalmente controladas de serviços e outras entidades não-operacionais, são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- Os ativos e passivos para cada demonstração da posição financeira apresentada são convertidos pela taxa de fechamento na data da demonstração da posição financeira;
- As receitas e despesas para cada demonstração de resultado são convertidas à taxa de câmbio média, a menos que a média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, caso em que as receitas e despesas são convertidas à taxa vigente nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças cambiais decorrentes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando uma operação no exterior é vendida, tais diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado como parte do ganho ou perda na venda de investimentos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em dinheiro em depósito em bancos e títulos de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos.

Estoques

O estoque de produtos acabados e o estoque em processo, que inclui a plataforma de lixiviação e o estoque de minério, são avaliados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O estoque de produtos acabados consiste em produtos acabados de ouro e metais em concentrado. O estoque em processo representa o estoque em circulação nas plantas de processo da Companhia e nas plataformas de lixiviação. O estoque de pilhas representa minério empilhado em plataformas de lixiviação e em pilhas de estoque. O custo dos estoques de produtos em processo e acabados inclui custos de mineração, mão de obra direta, materiais e suprimentos operacionais, despesas aplicáveis de transporte e uma parte aplicável das despesas gerais operacionais, incluindo amortização e exaustão. O valor realizável líquido é o preço de venda esperado do produto acabado menos os custos estimados para colocar o produto na forma vendável e no local de venda.

O estoque de peças e suprimentos consiste em consumíveis e é avaliado pelo custo médio ponderado após a provisão para itens obsoletos e de movimento lento.

Para o estoque que foi reduzido ao valor realizável líquido, se as avaliações subsequentes concluírem que as circunstâncias que causaram a redução não existem mais ou quando houver evidências claras de um aumento no valor realizável líquido devido a uma mudança nas circunstâncias econômicas, a redução é revertida apropriadamente.

Direitos minerais

Os direitos minerais representam gastos capitalizados relacionados com o desenvolvimento de propriedades mineiras, gastos decorrentes de aquisições de propriedades e instalações e equipamentos relacionados. Na alienação ou abandono, os valores contábeis dos direitos minerais são baixados e quaisquer ganhos ou perdas associados são reconhecidos no resultado líquido.

Exploração e Avaliação

As despesas de exploração são os custos incorridos na busca inicial de depósitos minerais com potencial econômico ou no processo de obtenção de mais informações sobre os depósitos minerais existentes. As despesas de exploração normalmente incluem os custos associados à prospecção, amostragem, mapeamento, perfuração e outros trabalhos envolvidos na busca de minério. Os gastos com avaliação são os custos incorridos para estabelecer a viabilidade técnica e comercial do desenvolvimento de jazidas minerais identificadas através de atividades de exploração ou por aquisição.

Os gastos com exploração e avaliação são contabilizados como despesas incorridas, a menos que a administração determine que prováveis benefícios econômicos futuros serão gerados como resultado dos gastos. Uma vez demonstrada a viabilidade técnica e comercial de um projeto com um estudo de pré-viabilidade, contabilizamos os gastos futuros incorridos no desenvolvimento desse projeto, de acordo com nossa política de Propriedades Minerais.

Etapa de produção comercial

Uma mina em construção está determinada a entrar na fase de produção comercial quando o projeto estiver no local e nas condições necessárias para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Usamos os seguintes fatores para avaliar se estes critérios foram cumpridos: (1) o nível de gastos de capital em comparação com as estimativas de custo de construção; (2) a conclusão de um período razoável de testes da planta e equipamentos da mina; (3) a capacidade de produzir minerais em forma vendável (dentro das especificações); e (4) a capacidade de sustentar a produção contínua de minerais.

Quando um projeto de construção de mina passa para a fase de produção comercial, a capitalização de certos custos de construção de mina cessam e os custos são contabilizados ou no inventário ou em despesas, exceto para custos

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

capitalizáveis relacionados a adições ou melhorias no ativo imobilizado, instalações e equipamentos, atividades de remoção de minas a céu aberto que proporcionam um benefício futuro, desenvolvimento de mina subterrânea ou gastos que atendam aos critérios de capitalização de acordo com o IAS 16 Imobilizado, Instalações e Equipamentos.

Propriedades minerais

Propriedades minerais geralmente consistem no seguinte: o valor justo atribuível às reservas minerais e recursos adquiridos em uma combinação de negócios ou aquisição de ativos; custos de exploração e avaliação capitalizados; custos de desenvolvimento de mina subterrânea; custos de desenvolvimento de mina a céu aberto e juros capitalizados.

Propriedades minerais adquiridas por meio de combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. O valor justo é uma estimativa das reservas minerais comprovadas e prováveis, recursos minerais e potencial exploratório atribuíveis à propriedade. O valor justo estimado atribuível às reservas minerais e a parte dos recursos minerais considerada provável de extração econômica no momento da aquisição é depreciado em uma base de unidades de produção ("UOP") em que o denominador são as reservas prováveis e comprovadas e a parcela de recursos minerais considerada provável de extração econômica. O valor justo estimado atribuível aos recursos minerais que não são considerados prováveis de extração econômica no momento da aquisição não está sujeito à depreciação até que os recursos se tornem prováveis de extração econômica no futuro.

Nas operações de mineração subterrânea da Companhia, os custos de desenvolvimento são incorridos para construir novos poços, galerias e rampas que permitirão à Companhia acessar fisicamente o minério no subsolo. O tempo durante o qual a Companhia continuará a incorrer nesses custos depende da vida útil da mina. Esses custos de desenvolvimento subterrâneo são capitalizados conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento subterrâneo capitalizados são depreciados em uma base UOP, em que o denominador é a estimativa de onças / libras de ouro / cobre em reservas, provadas e prováveis, e, a parte dos recursos baseada no plano atual de vida da mina ("LOM"), que se beneficia do desenvolvimento e é considerada provável de extração econômica.

Nas operações de mineração a céu aberto da Companhia, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o corpo de minério do qual os minerais podem ser extraídos economicamente. O processo de mineração de estéril e resíduos é conhecido como "decapagem". Os custos de decapagem que são incorridos para fornecer acesso inicial ao corpo de minério (referido como decapagem de pré-produção) são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina a céu aberto. Os custos de remoção incorridos durante a fase de produção de uma cava são contabilizados como custos dos estoques produzido durante o período relevante. Esses custos são capitalizados na medida em que se relacionam com benefícios futuros antecipados e representam uma melhoria. A remoção de estéril que se relaciona com as atividades de produção atuais e não dá origem a um benefício futuro é contabilizada como custo de produção no período em que é incorrida e é incluída no custo dos estoques.

Os custos de desenvolvimento de mina a céu aberto capitalizados são depreciados com base no UOP, em que o denominador é a estimativa de onças / libras de ouro / cobre em reservas, provadas e prováveis, e, a parte dos recursos baseada no plano atual de vida da mina ("LOM"), que se beneficia do desenvolvimento e é considerada provável de extração econômica.

Imobilizado

As instalações e equipamentos são originalmente registrados pelo custo no momento da construção, compra ou aquisição, e são posteriormente medidos pelo custo menos a amortização acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui todos os custos necessários para trazer o item para seu uso pretendido pela Companhia

Os custos incorridos com grandes revisões de equipamentos existentes são capitalizados como instalações e equipamentos e estão sujeitos à amortização assim que forem comissionados. Os custos de manutenção e reparos de rotina são contabilizados como despesas conforme incorridos.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos em construção são capitalizados até que o ativo esteja disponível para uso. O custo do ativo em construção compreende seu preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em condições de funcionamento para seu uso pretendido. Os valores dos ativos em construção são apresentados como um ativo separado dentro ativo imobilizado. Os ativos em construção não são depreciados e a depreciação começa quando o ativo está completo e disponível para uso.

Amortização e depreciação

As instalações e equipamentos são amortizados pelo método linear ou unidades de produção ao longo da vida da mina, ou ao longo da vida útil remanescente do ativo, se menor. Terrenos não são amortizados. As seguintes taxas de depreciação são utilizadas pela Companhia:

Classe principal de ativos	Método de Depreciação	Taxa de depreciação
Veículos	Linear	3-5 anos
Maquinaria e equipamento	Linear/ Unidade de Produção	2-10 anos
Equipamento móvel de mineração	Linear/ Unidade de Produção	4-8 anos
Móveis e acessórios	Linear/ Unidade de Produção	4-10 anos
Equipamento informático e software	Linear	2-5 anos
Melhorias em propriedades arrendadas	Linear	Prazo de locação
Edifícios	Linear/ Unidade de Produção	4-10 anos
Planta	Linear/ Unidade de Produção	4-10 anos

Os valores residuais e a vida útil são revisados anualmente e ajustados, se necessário, prospectivamente.

Uma vez que uma operação de mineração atinge a produção comercial, os gastos com propriedade mineral capitalizados são amortizados com base na unidade de produção ("UOP"), em que o denominador são as reservas minerais provadas e prováveis e uma parte dos recursos minerais medidos e indicados que são razoavelmente esperados a ser convertido em reservas minerais comprovadas e prováveis.

Redução ao valor recuperável e reversão da redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável dos ativos é o maior entre o valor justo menos os custos de alienação ("FVLCD") e o valor em uso ("VIU").

O FVLCD é baseado em uma estimativa do valor que a Companhia pode obter em uma transação de venda em condições normais de mercado. O FVLCD para propriedades minerais é geralmente determinado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso contínuo do ativo, incluindo quaisquer perspectivas de expansão e sua eventual alienação, e descontado por uma taxa de desconto pós-impostos apropriada para chegar a um valor presente líquido. Ao avaliar o VIU, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O VIU é determinado pela aplicação de premissas específicas para o uso contínuo da Companhia e não leva em conta o desenvolvimento futuro descontado por uma taxa apropriada de desconto antes dos impostos. Como tal, essas suposições diferem daquelas usadas no cálculo da FVLCD.

As unidades geradoras de caixa da Companhia ("UGCs") são o nível mais baixo de grupos identificáveis de ativos que geram entradas de caixa que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para um ativo que não gera entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos, o valor recuperável é determinado para a UGC à qual o ativo pertence.

A cada data de relatório é feita uma avaliação para determinar se existe uma indicação de que as perdas por impairment anteriormente reconhecidas podem já não existir ou podem ter diminuído. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável da UGC desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. Essa reversão é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e é limitada ao valor contábil que teria sido apurado, líquido de qualquer depreciação, quando aplicável, caso não houvesse perda por redução ao valor recuperável em anos anteriores. Quando é efetuada uma reversão de impairment, o valor recuperável é avaliado com base no maior entre VIU e FVLCD. A administração determinou que o FVLCD é maior do que os valores de VIU e, portanto, usado como valor recuperável para fins de teste de redução ao valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“OCI”), ou valor justo por meio do resultado.

A classificação de ativos financeiros no reconhecimento inicial que são instrumentos de dívida depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Com exceção das contas a receber de clientes, que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não pelo valor justo, por meio lucros ou perdas, custos de transação. As contas a receber de clientes que não contenham componente significativo de financiamento ou para as quais a Companhia tenha aplicado expediente prático para os contratos com vencimento em até um ano ou menos, são mensuradas pelo preço da transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou valor justo por meio de OCI, ele precisa gerar fluxos de caixa que são “somente pagamentos de principal e juros (SPPI)” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é conhecida como teste SPPI e é realizada no nível do instrumento. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não são SPPI são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a custo amortizado (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros a valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros designados a valor justo por meio de OCI sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados após desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)
- Ativos financeiros ao valor justo através de lucros ou perda

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo método da taxa de juros efetiva (EIR) e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os juros recebidos são reconhecidos como parte das receitas financeiras na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou deteriorado.

Os ativos financeiros da Companhia a custo amortizado incluem:

- contas a receber de clientes, e
- outros créditos.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contas a receber de clientes e outros são valores devidos pelos clientes e outros no curso normal dos negócios. Se a cobrança for esperada em um ano ou menos, eles são classificados como ativos circulantes; se não, são apresentados como ativos não circulantes e descontados, conforme o caso. Além disso, as contas a receber comerciais e outras são avaliadas, de acordo com a IFRS 9, ao custo amortizado.

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidos pelo valor justo. A Companhia detém as contas a receber de clientes com o objetivo de cobrar os fluxos de caixa contratuais e, portanto, mensura-os posteriormente ao custo amortizado usando o método de taxa de juros efetivos. A Companhia observa que tais contas a receber surgem quando o minério que foi produzido é enviado ao comprador de acordo com o acordo aplicável. A Companhia não reconhece quaisquer recebíveis relacionados ao minério que seja estimado ou que ainda não tenha sido produzido.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação (por exemplo, instrumentos derivativos), ativos financeiros designados no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado (por exemplo, instrumentos de dívida ou patrimônio), ou ativos financeiros obrigatoriamente exigidos para ser em medidas pelo valor justo (ou seja, onde eles falham no teste de SPPI). A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em vez disso, os ativos financeiros da Companhia pelo valor justo por meio do lucro ou prejuízo incluem:

- Caixa e equivalentes de caixa, e
- Contratos de venda a termo de ouro e moeda estrangeira

O teste SPPI para ativos financeiros é aplicável aos contas a receber de clientes da Companhia (sujeito a preços provisórios). Estes valores a receber referem-se a contratos de venda em que o preço de venda é determinado após a entrega ao cliente, com base no preço de mercado ao preço cotado relevante estipulado no contrato. Essa exposição ao preço da commodity faz com que essas contas a receber não passem no teste de SPPI. Como resultado, essas contas a receber são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado a partir da data de reconhecimento da venda correspondente, com movimentos subsequentes sendo reconhecidos em "ganhos / perdas de valor justo em contas a receber com preços provisórios" na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração da posição financeira a valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros a valor justo por meio de OCI (instrumentos de dívida) ou ativos financeiros designados a valor justo por meio de OCI (instrumentos de patrimônio).

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é principalmente desreconhecido (ou seja, removido da demonstração consolidada da posição financeira da Companhia) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na íntegra, sem atrasos materiais, a um terceiro sob um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Para a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, a Companhia, no caso de contas a receber de clientes (não sujeito a precificação provisória) e demais contas a receber com vencimento inferior a 12 meses, aplica a abordagem simplificada em cálculo das perdas de crédito esperadas (ECLs), conforme permitido pela IFRS 9. Portanto, a Companhia não rastreia as mudanças no risco de crédito, mas, em vez disso, reconhece uma provisão para perdas com base na ECL vitalícia do ativo financeiro em cada data de relatório. Para quaisquer outros ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (com prazo de vencimento superior a 12 meses), a ECL é baseada na ECL de 12 meses. O ECL de 12 meses é

a proporção de ECLs vitalícios que resultam de eventos de default em um instrumento financeiro que são possíveis dentro de 12 meses após a data do relatório. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a origem, a provisão será baseada na ECL vitalícia. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as ECLs, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e avaliação de crédito informada, incluindo informações prospectivas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais e geralmente ocorre quando está vencido há mais de um ano e não está sujeito à atividade de execução.

Em cada data de relatório, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão em impairment de crédito. Um ativo financeiro está com impairment de crédito quando um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorrem.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge eficaz, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem:

- contas a pagar comerciais e
- empréstimos

As contas a pagar a fornecedores representam passivos por bens e serviços fornecidos ao grupo antes do final do exercício financeiro que não foram pagos. Os valores não são garantidos e geralmente são pagos em até 30 dias após o reconhecimento. Contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são apresentadas como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos.

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor recebido (líquido dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida no resultado ao longo do período do empréstimo, utilizando o método do juro efetivo. As taxas pagas no estabelecimento de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação do empréstimo na medida em que seja provável que parte ou a totalidade do empréstimo seja utilizado. Nesse caso, a taxa é diferida até que ocorra o saque. Na medida em que não haja evidências de que seja provável que parte ou a totalidade do empréstimo seja utilizado, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se refere.

Os empréstimos são retirados do balanço patrimonial quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil de um passivo financeiro que foi extinto ou transferido para outra parte e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado como outras receitas ou despesas financeiras.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e provável que uma saída de recursos seja necessária para saldar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação presente no final do período de relatório. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for material, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto é utilizado, o aumento da provisão com a passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, se estimáveis e prováveis, e são divulgados em notas às informações financeiras, a menos que a sua ocorrência seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, a menos que o influxo do benefício econômico seja praticamente certo, mas são divulgados nas notas explicativas se sua recuperação for provável.

Fechamento e restauração de mina

As provisões para fechamento e restauração de mina são feitas em relação aos custos futuros estimados de fechamento e restauração e para custos de reabilitação ambiental (que incluem custos como desmontagem e demolição de infraestrutura, remoção de materiais residuais e remediação de áreas perturbadas) no período contábil quando ocorre a perturbação ambiental relacionada. A provisão é descontada a uma taxa antes dos impostos e o acréscimo é incluído nas despesas financeiras. No momento da constituição da provisão, o valor presente líquido da obrigação é capitalizado como parte do custo das propriedades minerais. A provisão é revisada anualmente para verificar mudanças nas estimativas de custos, taxas de desconto, inflação e vida operacional. O valor presente líquido das mudanças nas estimativas de custo do fechamento da mina e obrigações de restauração são capitalizados nas propriedades minerais.

As atividades de restauração ocorrerão principalmente no fechamento de uma mina, mas podem ocorrer de tempos em tempos durante a vida da mina. À medida que os projetos de restauração são realizados, seus custos são debitados à provisão à medida que os custos são incorridos.

Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento do arrendamento é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é debitado no resultado durante o período do leasing, de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear durante o menor período de vida útil do ativo e o prazo do arrendamento. Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos do arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos do arrendamento:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos in-substance), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- pagamentos de arrendamento variáveis que são baseados em um índice ou uma taxa;
- valores previstos a serem pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário tiver certeza razoável de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de penalidades por rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário que exerce essa opção.

Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser determinada, será utilizada a taxa de empréstimo incremental do locatário, sendo esta a taxa que o locatário teria que pagar para adquirir empréstimos de fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante em um ambiente econômico semelhante, com termos e condições semelhantes. Os ativos de direito de uso são medidos pelo custo que compreende o seguinte:

- o valor da mensuração inicial do passivo do arrendamento;

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- qualquer pagamento de arrendamento feito na data de início ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Benefícios de funcionários de longo prazo

Certos benefícios de longo prazo a empregados são especificamente pagos quando o emprego é rescindido. Os custos esperados desses benefícios são provisionados no período da contratação. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes de experiência e mudanças nas premissas atuariais são debitados ou creditados a outras perdas abrangentes no período em que ocorrem. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes qualificados.

Capital social

As ações ordinárias de emissão da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias em tesouraria são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos, como uma dedução do valor das ações.

Pagamentos baseados em ações

O valor justo dos serviços do empregado recebidos em troca da concessão de opções de ações ou outros planos de pagamentos com base em ações é reconhecido como uma despesa durante o período de aquisição. O valor total a ser debitado ao longo do período de aquisição é determinado pelo cálculo do valor justo das opções ou outros planos de pagamento com base em ações na data da outorga. A Companhia usa o modelo de precificação de opções Black-Scholes para calcular o valor justo das opções concedidas.

O valor total a ser gasto é determinado com referência ao valor justo das opções concedidas:

- Incluindo quaisquer condições de desempenho de mercado; e
- Excluindo o impacto de qualquer serviço e condições de aquisição de desempenho fora do mercado, como lucratividade, metas de crescimento de vendas e permanência como funcionário da entidade durante um período de tempo específico.

As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções que se espera que se tornem exercíveis. Essa estimativa é revisada a cada data de demonstração da posição financeira e a diferença é debitada ou creditada na demonstração do resultado consolidado com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Quando as opções são devidamente exercidas, a Companhia emite ações ordinárias em tesouraria. O valor justo e os rendimentos recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados ao patrimônio líquido.

Tributação

A despesa com impostos compreende despesas com impostos correntes e diferidos do período. A despesa tributária é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto na medida em que se relaciona com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente é o imposto que se espera pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas taxas (e leis) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas nas demonstrações consolidadas da posição financeira nos países onde a Companhia opera. Inclui ajustes para impostos a pagar ou a recuperar em relação aos períodos anteriores.

A administração avalia periodicamente as posições tomadas nas declarações fiscais com relação às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação e considera se é provável que uma autoridade tributária aceite um tratamento tributário incerto. O grupo mensura seus saldos fiscais com base no montante mais provável ou no valor esperado, dependendo de qual método proporcionar uma melhor previsão da resolução da incerteza.

O imposto de renda diferido é reconhecido, utilizando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o imposto de renda diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável. O imposto de renda diferido é determinado com base nas taxas de imposto (e leis) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas nas demonstrações consolidadas da posição financeira e devem ser aplicadas quando o respectivo passivo de imposto de renda diferido for liquidado. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que seja provável que será realizado no futuro. Imposto de renda diferido ativo e passivo são compensados quando há um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e, quando os ativos e passivos de impostos de renda diferidos referem-se a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (ou seja, um ativo que necessariamente leva um período de tempo substancial para ficar pronto para o uso pretendido) são capitalizados como parte do custo do ativo. A capitalização dos custos de empréstimos começa quando os custos são incorridos e as atividades são realizadas para preparar o ativo para o uso pretendido e cessa quando o ativo está substancialmente concluído ou comissionado para uso. Uma vez que o ativo identificado esteja substancialmente concluído, os custos de empréstimos atribuíveis são amortizados ao longo da vida útil do ativo relacionado. Todos os demais custos de empréstimos são contabilizados como despesa no período em que ocorrem.

Reconhecimento de receita

A Companhia aplica a seguinte abordagem de cinco etapas no reconhecimento de receita de contratos com clientes:

- Identificar o contrato executável com o cliente
- Identificar as obrigações de desempenho separadas no contrato da transferência do bem ou serviço distinto
- Determinar o preço da transação para consideração da transferência do bem ou serviço
- Alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho separadas identificadas
- Reconhecer a receita quando cada obrigação de desempenho separada for satisfeita

As vendas de ouro da Companhia são reconhecidas na data em que o título passa para o comprador, que geralmente é quando o ouro é liquidado na refinaria. No entanto, o título pode passar em qualquer estágio durante o processo de refino para algumas das vendas de ouro da Companhia. As receitas de ouro são apresentadas líquidas de impostos locais calculados sobre a receita bruta. As vendas de concentrado de cobre da Companhia são reconhecidas no momento da entrega com base nos preços futuros para a data esperada de liquidação final. Os preços finais de venda são determinados por preços cotados de mercado em um período posterior à data de venda.

Royalties

Algumas das propriedades do Grupo estão sujeitas a acordos de royalties com base na produção mineral nas propriedades. O principal tipo de royalty é um retorno líquido da fundição (NSR). Sob este tipo de royalty, a Companhia paga ao detentor um valor calculado como a porcentagem de royalty multiplicada pelo valor da produção de ouro a preços de mercado menos os custos de fundição, refino e transporte de terceiros. As despesas de royalties são registradas na conclusão do processo de produção ou venda no custo de vendas.

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido disponível aos acionistas ordinários pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. No cálculo do lucro diluído por ação, um ajuste é feito para o efeito dilutivo do exercício de opções de ações e bônus de subscrição. O número de ações adicionais é calculado assumindo que as opções de ações em circulação e bônus de subscrição sejam exercidos e que os recursos de tais exercícios foram usados para adquirir ações ordinárias ao preço médio de mercado durante os períodos de relatório. Nos períodos em que um prejuízo líquido é reportado, todas as opções em aberto são excluídas do cálculo do prejuízo diluído por ação, pois são anti-dilutivas.

Resultado abrangente

Resultado abrangente é a mudança nos ativos líquidos da Companhia que resulta de transações, eventos e circunstâncias de fontes que não os acionistas da Companhia e inclui itens que não estão incluídos no lucro líquido, como ganhos ou perdas cambiais relacionados a controladas estrangeiras cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia e ganhos e perdas atuariais de benefícios pós-emprego.

O resultado abrangente da Companhia é apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente e nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido.

Relatório por segmento

Um segmento operacional é um componente de uma entidade (i) que se dedica a atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com outros componentes da mesma entidade), (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e avaliar seu desempenho, e (iii) para os quais informações financeiras discretas estão disponíveis. Os segmentos operacionais da Companhia são identificados como: Mina San Andrés, Mina São Francisco, Projeto EPP, Mina Aranzazu, projetos Rio Novo e Corporativo. EPP e a Mina de São Francisco são chamadas de “Minas Brasileiras”.

Novas políticas contábeis em vigor em 2020

A Companhia considerou e aplicou, pela primeira vez, as seguintes normas e alterações para seu período anual de relatório que começa em 1º de janeiro de 2020:

“Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros” Revisada

Em 29 de março de 2018, o IASB emitiu uma norma revisada denominada “Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros” que está sendo usada atualmente pelo Conselho e pelo Comitê de Interpretações do IASB no desenvolvimento de novos pronunciamentos. A revisão inclui definições de “ativo” e “passivo”, juntamente com novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.

Alterações à IFRS 3 relacionadas à definição de “negócio”

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu uma alteração à “Definição de Negócio (Alterações à IFRS 3)” para esclarecer a definição de “negócio” com o objetivo de eliminar as dificuldades existentes para determinar se uma companhia adquiriu um negócio ou um grupo de ativos.

Alterações à IAS 1 e à IAS 8 relacionadas à definição de “materialidade”

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu uma alteração à “Definição de Material (Alterações à IAS 1 e à IAS 8)” para esclarecer a definição de “material” e alinhar a definição usada na Estrutura Conceitual e nas normas.

Novas políticas contábeis emitidas, mas ainda não em vigor

Alterações à IAS 16 sobre os rendimentos antes do uso pretendido

Em junho de 2017, o IASB elaborou uma minuta referente a dedução dos recursos recebidos da venda de itens produzidos durante a colocação de um ativo imobilizado no local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração do valor de custo de um item do imobilizado. Em vez disso, a Companhia reconhecera o produto da venda de tais itens e seu custo de produção no resultado. A finalização da alteração ocorreu em 14 de maio de 2020. A alteração será efetiva para períodos anuais iniciando em ou após janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. Essas alterações podem ser aplicadas retrospectivamente apenas para itens do imobilizado no ou após o início do período mais antigo apresentado nas demonstrações financeiras em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos que a adoção desta norma terá nas demonstrações financeiras consolidadas.

5 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a administração faça estimativas e julgamentos e formule premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos e divulgações de passivos contingentes. As estimativas e julgamentos da administração são continuamente avaliadas e são baseadas na experiência histórica e outros fatores que a administração acredita serem razoáveis sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A Companhia identificou as seguintes políticas contábeis críticas sob as quais são feitos julgamentos, estimativas e premissas significativas e onde os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob diferentes premissas e condições e podem afetar materialmente os resultados financeiros ou as demonstrações consolidadas da posição financeira da Companhia reportadas em períodos futuros.

Alocação do preço de compra

Combinações de negócios requerem julgamento e estimativas a serem feitas na data de aquisição em relação à a determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. Foram feitos julgamentos significativos na determinação dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis em relação à aquisição da *Gold Road* (ver Nota 6 para detalhes). Os valores justos das propriedades minerais adquiridas utilizaram as seguintes premissas significativas: preços futuros do metal, custos de produção e despesas de capital futuros esperados, taxa de desconto, quantidades estimadas de recursos minerais e a capacidade da Companhia de converter recursos em reservas. Também foram feitos julgamentos em relação à taxa de desconto e probabilidades atribuídas ao exercício da opção de pré-pagamento utilizada na determinação do valor justo da dívida Pandion assumida.

Determinação dos Planos de Vida da Mina (LOM) e das reservas e recursos de minério

As estimativas das quantidades de reservas e recursos de minério formam a base de nossos planos da LOM, que são utilizados para uma série de objetivos comerciais e contábeis importantes, incluindo: o cálculo das despesas de exaustão; a capitalização dos custos de remoção da fase de produção, para prever o momento do pagamento dos custos de fechamento e restauração da mina e para a avaliação dos encargos de redução de valor e dos valores contábeis dos ativos. Em certos casos, estes planos da LOM foram a base para suposições sobre a capacidade de obter as licenças necessárias para completar as atividades planejadas.

A Companhia determina os recursos e reservas minerais de acordo com os princípios incorporados aos padrões do Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo para reservas e recursos minerais, conhecidos como Padrões CIM. A informação é regularmente compilada por Pessoas Qualificadas e relatada de acordo com o National Instrument 43-101, Standards of Disclosure for Mineral Projects (“NI-43-101”).

Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de recursos e reservas minerais, e as premissas válidas no momento da estimativa podem mudar significativamente quando novas informações estiverem disponíveis. Mudanças nos preços previstos de commodities, taxas de câmbio, custos de produção ou taxas de recuperação podem alterar a situação econômica das reservas e recursos e podem, em última análise, resultar na atualização das reservas e recursos.

Impairment dos ativos

De acordo com a política contábil da Companhia, cada ativo ou UGC é avaliado em cada data de relatório para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Os fatores internos e externos avaliados para os indicadores de impairment incluem: (i) se o valor contábil dos ativos líquidos da Companhia excedeu sua capitalização de mercado; (ii) mudanças nas quantidades estimadas de recursos minerais e na capacidade da Companhia de converter recursos em reservas, (iii) uma deterioração significativa nos preços futuros esperados do metal; (iv) mudanças nos custos de produção e despesas de capital futuros esperados; e (v) mudanças nas taxas de juros.

Se algum desses indicadores existir, uma estimativa formal do valor recuperável é realizada, e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na extensão em que o valor contábil exceder o valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é mensurado pelo maior entre FVLCD ou VIU.

A determinação de FVLCD e VIU exige que a administração faça estimativas e suposições sobre a produção e os volumes de vendas esperados, preços de metais, reservas, custos operacionais, fechamento de mina e custos de restauração, despesas de capital futuras e taxas de desconto apropriadas para fluxos de caixa futuros. As estimativas e premissas estão sujeitas a risco e incerteza, e como tal, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode impactar o valor recuperável dos ativos. Nessas circunstâncias, parte ou todo o valor contábil dos ativos pode ser ainda mais prejudicado ou o encargo por redução ao valor recuperável reduzido com o impacto registrado nas demonstrações consolidadas do resultado.

Se, após a Companhia ter reconhecido anteriormente uma perda por redução ao valor recuperável, as circunstâncias indicarem que o valor recuperável dos ativos deteriorados é maior do que o valor contábil, a Companhia reverte a perda por redução ao valor recuperável pelo valor que o valor justo revisado excede seu valor contábil, até o máximo da perda por impairment anterior. Em nenhum caso, o valor contábil revisado deve exceder o valor contábil original, após a depreciação ou amortização, que teria sido determinada se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Avaliação do estoque em processo

A mensuração do estoque incluindo a determinação de seu valor realizável líquido, especialmente no que diz respeito ao minério em estoque, envolve o uso de estimativas. O valor realizável líquido é determinado com referência aos preços de mercado relevantes, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis. A estimativa também é necessária para determinar a tonelagem, o ouro recuperável e o cobre contidos nela, e para determinar os custos remanescentes de conclusão para trazer o estoque para sua forma vendável. Também existe julgamento para determinar se é necessário reconhecer uma provisão para obsolescência nos suprimentos operacionais da mina, e estimativas são necessárias para determinar o valor de recuperação ou sucata dos suprimentos.

As estimativas de ouro ou cobre recuperável nas pilhas de lixiviação são calculadas a partir das quantidades de minério colocadas nas pilhas de lixiviação (toneladas medidas adicionadas às pilhas de lixiviação), o grau de minério colocado nas pilhas de lixiviação (com base nos dados do ensaio) e um percentual de recuperação (com base no tipo de minério).

Provisões para fechamento e restauração de mina

Os valores registrados para as obrigações de fechamento e restauração de mina são baseados em estimativas preparadas por especialistas ambientais terceirizados, se disponíveis, nas jurisdições em que a Companhia atua ou por especialistas ambientais da Companhia. Essas estimativas são baseadas nas atividades de remediação exigidas pelas leis ambientais, o prazo esperado dos fluxos de caixa e as taxas de juros livres de risco antes dos impostos sobre as quais os fluxos de caixa estimados foram descontados. Essas estimativas também incluem uma premissa sobre a taxa pela qual os custos podem inflar em períodos futuros. Resultados reais podem ser diferentes destas estimativas. As estimativas sobre as quais esses valores justos são calculados requerem amplo julgamento sobre a natureza, custo e época do trabalho a ser concluído, e podem mudar com futuras mudanças nos custos, leis e regulamentos ambientais e práticas de remediação.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer uma estimativa do imposto de renda em cada uma das jurisdições em que a Companhia opera. O processo envolve uma estimativa da exposição fiscal atual da Companhia e uma avaliação das diferenças temporárias resultantes do tratamento diferente de itens, como exaustão e amortização, para fins fiscais e contábeis, e quando eles podem reverter.

Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais diferidos que estão incluídos nas demonstrações consolidadas da posição financeira da Companhia. Uma avaliação também é feita para determinar a probabilidade de que os ativos fiscais futuros da Companhia sejam recuperados de lucros tributáveis futuros.

É necessário julgamento para avaliar continuamente as alterações nas interpretações fiscais, regulamentos e legislação, e fazer estimativas sobre lucros tributáveis futuros, para garantir os ativos fiscais diferidos são recuperáveis.

6 AQUISIÇÃO DA GOLD ROAD CORPORATION

Em 7 de março de 2020, a Aura firmou um contrato de compra de ações para adquirir todas as ações ordinárias em circulação da Z79 Resources, Inc. ("Z79") (o "Contrato de Compra de Ações") que, por meio da Z79, detém: I) participação de 94% na Gold Road Mining Corp. ("GRMC") proprietária da Mina Gold Road localizada no estado do Arizona-EUA (o "Projeto Gold Road") e II) uma participação de 94% na TR-UE Vein Exploration, Inc. ("TR-UE Vein"). A Aura comprou a mina Gold Road para ampliar a diversificação de seu portfólio de minas nas Américas. A partir do 2º trimestre de 2020, a mina Gold Road entrou em desenvolvimento e deixou de ser considerada como em cuidados e manutenção ("*care and maintenance*"). Em 15 de julho de 2020, a Companhia firmou um acordo de compra de ações das participações não-controladoras tanto da GRMC como da TR-UE Vein, resultando em uma participação de 100% para a Companhia e eliminação da participação das não-controladoras. Em 1º de dezembro de 2020, a Gold Road declarou a produção comercial.

O fechamento da aquisição do Projeto Gold Road ocorreu em 27 de março de 2020 e a contraprestação paga nos termos do Contrato de Compra de Ações foi de US\$ 1,00. Como parte da aquisição, a Aura assumiu uma dívida no montante de R\$ 178,9 milhões, com a opção de pagar antecipadamente R\$ 122,7 milhões durante o primeiro ano, que foi avaliada ao valor justo em R\$ 128,8 milhões e garantida pela própria mina (*ver nota 13*).

A transação foi considerada abrangida pelo escopo da norma IFRS 3 - *Combinações de Negócios* e Aura concluiu-se que as atividades da Z79 constituem um negócio.

O preço de compra e a alocação preliminar do preço de compra (expressos em reais) é como segue:

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Valor pago	(valores em R\$)
Contraprestação total pela compra	5
Ativos adquiridos	
Caixa	24.855
Estoques	758.600
Outros ativos	850.509
Aquisição da Gold Road (nota 11)	105.943.487
Valor Justo de Opção de Dívida com a Pandion (nota 9)	25.783.892
Total de ativo adquiridos	133.361.343
Passivos assumidos	
Contas a pagar e passivos provisionados	(2.144.161)
Passivo referente a provisão para fechamento e restuarante de minas (nota 15)	(680.994)
Passivos de arrendamento (nota 16)	(1.706.696)
Dívida com a Pandion (Nota 13)	(128.822.617)
Total de passivos assumidos	(133.354.469)
Total de ativo líquido adquirido	6.874
Menos: Participação de não controladores	(6.869)
Preço de compra total considerado	5

Associado à aquisição da mina Gold Road, a Aura assumiu contratos de royalties (os “Royalties”) a serem pagos a Mojave Desert Minerals, Inc., uma empresa terceira, em valor igual a 2,0% da receita líquida (deduzindo custos de refino e transporte) da fundição de todo o ouro extraído da mina Gold Road (os “produtos da mina Gold Road”) e 1,0% da fundição de todo o ouro beneficiado da mina Gold Road (os “produtos processados da Gold Road”) vendidos ou considerados como vendidos pela Gold Road. A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Gold Road tem um passivo NSR de R\$1.206.

A Aura também assumiu os direitos a certas opções de compra ou exploração de vários terrenos adjacentes (sujeitas a futuros contratos de royalties NSR) ao redor da mina Gold Road. A essas opções não foi alocado nenhum valor.

Adicionalmente, em relação à aquisição da mina Gold Road, a Aura incorreu em despesas relacionadas à aquisição de R\$ 1.942, que foram refletidas principalmente na categoria de fusões e aquisições, nas Despesas Gerais e Administrativas.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos a recuperar	188.525	134.871
Contas a receber	18.173	25.905
Outros créditos	14.889	2.181
Provisão para devedores duvidosos - contas a receber	(146)	(250)
Total de contas a receber e outros créditos	221.441	162.707
Menos: recebíveis não circulantes	(35.592)	(35.861)
Contas a receber e outros créditos registrados no ativo circulante	185.849	126.846

Devido a seus vencimentos de curto prazo, o valor justo de contas a receber e outros créditos aproximam-se do seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem uma provisão para perdas de crédito previstas de R\$146.

A expectativa da Companhia é de que os impostos a recuperar sejam realizados levando em consideração as diferentes alternativas disponíveis para a Aura, incluindo: (1) reembolso por parte das autoridades governamentais, (2) crédito para pagamentos de imposto de renda e (3) pagamento a determinados fornecedores. A Companhia e seus consultores tributários estão constantemente revisando as opções disponíveis para garantir a recuperabilidade desses saldos.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

8 ESTOQUES

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados	74.292	35.805
Produtos em processo	59.922	26.510
Peças e suprimentos	132.932	90.977
Provisão para obsolescência de estoques	(25.291)	(18.122)
Total de estoques	241.855	135.170

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020, o custo dos estoques reconhecidos no resultado foi de R\$ 918.814. (2019: R\$702.159).

9 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesas antecipadas	39.406	21.322
Valor justo da opção de dívida (Nota 6)	42.966	-
Depósitos	5.612	3.422
	87.984	24.744

As despesas antecipadas são pagamentos antecipados feitos para necessidades gerais de capital de giro, como adiantamentos a fornecedores e pagamento antecipado geral de despesas gerais e administrativas como seguros e concessões de mineração.

Conforme descrito na Nota 13, em 27 de março de 2020 em conexão com a aquisição da Gold Road (Nota 6), a Companhia assumiu um empréstimo pendente à Pandion Mine Finance LP de R\$ 155,9 milhões (US\$ 35 milhões) com uma opção de pré-pagamento que permitirá à Companhia pagar apenas R\$ 106,9 milhões (US\$ 24 milhões) se o empréstimo for pago integralmente até 27 de março de 2021. Na data da aquisição, o valor justo da opção foi estimado pela administração em R\$ 26,2 milhões (US\$ 5,0 milhões). A principal premissa utilizada pela administração na estimativa do valor da opção foi o spread de crédito, que foi estimado com base na graduação de risco de crédito externo e na análise interna da administração. Durante o exercício que terminou 31 de dezembro de 2020, a administração reconheceu R\$ 16,7 milhões (US\$ 3,2 milhões) como resultado de flutuações no valor justo da opção de dívidas, principalmente devido a mudanças no *spread* de crédito utilizado na determinação do valor justo.

10 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber e depósitos de longo prazo	35.592	35.861
Ativos e recebíveis não circulantes	17.430	3.450
	53.022	39.311

Em 1º de dezembro de 2017, a Companhia firmou um acordo de compra e venda para vender a MVV que é proprietária do Projeto Serrote por um valor agregado de US\$ 40 milhões. A contraprestação agregada de US\$ 40 milhões foi composta de um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões (pagos), bem como a entrega pelos compradores de uma nota promissória não garantida subordinada no valor principal de US\$ 10 milhões, pagável a partir de 75% do excesso de

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

dinheiro do projeto após o projeto ter reembolsado o financiamento do projeto e as necessidades operacionais de caixa. A determinação da probabilidade de pagamento e do momento do pagamento tem um impacto significativo no valor justo da nota promissória. Considerando os recentes desenvolvimentos relacionados ao Projeto Serrote, a Companhia estimou o valor justo da nota promissória em US\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 (incluídos como outros créditos e depósitos de longo prazo). A Companhia continuará a monitorar o projeto, com especial atenção para quando a produção comercial será declarada e quando começarão a ser gerados fluxos de caixa positivos, a fim de reavaliar o valor justo em cada data de relatório.

11 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para o período de doze meses findo em 30 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	Propriedades de mineração	terrenos e edificações	Moveis, utensílios e equipamentos	Plantas e máquinas	Ativos de direito de uso	Ativos em construção	Total
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	528.449	181.942	27.292	89.227	5.236	24.362	856.508
Adições	132.455	12.733	3.368	9.834	18.245	111.493	288.128
Aquisição da Gold Road (Nota 6)	88.124	11.178	15	4.109	2.297	2.198	107.921
Baixas	-	-	(174)	(668)	-	-	(842)
Reclassificações e ajustes	48.163	11.122	-	108	-	(59.393)	-
Depreciação, amortização e exaustão	(35.878)	(21.092)	(1.501)	(20.806)	(5.011)	-	(84.288)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	170.045	53.694	7.455	18.263	(58)	(7.694)	241.705
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	931.358	249.577	36.455	100.067	20.709	70.966	1.409.132
Composto por:							
Custo	1.748.851	526.337	100.567	639.423	30.598	70.966	3.116.742
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(817.493)	(276.761)	(64.112)	(539.355)	(9.889)	-	(1.707.610)
	931.358	249.577	36.455	100.067	20.709	70.966	1.409.132

	Propriedades de mineração	terrenos e edificações	Moveis, utensílios e equipamentos	Plantas e máquinas	Ativos de direito de uso	Ativos em construção	Total
Saldo contábil, líquido em 1 de Janeiro de 2019	482.013	141.004	26.124	102.659	-	43.297	795.097
Adições	26.175	11.813	1.013	7.839	5.177	66.520	118.537
Baixas	-	-	-	(439)	-	(909)	(1.348)
Reclassificações e ajustes	44.927	35.009	-	3.818	-	(83.754)	-
Depreciação, amortização e exaustão	(43.680)	(13.071)	(950)	(28.809)	(1.648)	-	(88.158)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	19.014	7.187	1.105	4.159	1.707	(792)	32.380
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	528.449	181.942	27.292	89.227	5.236	24.362	856.508
Composto por:							
Custo	1.115.919	371.175	75.382	484.369	7.235	24.362	2.078.442
Depreciação, amortização e exaustão acumulada	(587.470)	(189.233)	(48.090)	(395.142)	(1.999)	-	(1.221.934)
	528.449	181.942	27.292	89.227	5.236	24.362	856.508

Para os período findos em 31 de dezembro de 2020, despesas de exaustão e amortização de R\$118.852 (2019: R\$ 88.347), respectivamente, foram contabilizadas como custo dos produtos vendidos.

Para a mina de Aranzazu, houve aumento no desenvolvimento de várias áreas dentro do complexo da mina subterrânea de US\$ 7,3 milhões (R\$ 40 milhões), que foi concluído e posteriormente reclassificado de imobilizado em andamento para Propriedades de Mineração durante ano de 2020.

Para as Minas EPP, durante ano de 2020 houve investimentos significativos no desenvolvimento da mina a céu aberto de Ernesto (incluindo barragens de rejeitos), que impactou principalmente as adições em Propriedades de Mineração em US\$ 9,7 milhões (R\$ 42,6 milhões) e Terrenos e Edifícios em US\$ 4,1 milhão (R\$ 10,7 milhões). Estes investimentos significativos levam à declaração de produção comercial na mina até o final do ano.

Para a mina Gold Road, houve investimentos significativos no desenvolvimento e ramp-up da mina, que gerou principalmente adições em Propriedades de Mineração em US\$ 9,2 milhões (R\$ 49.5 milhões). Além disso, para os ano

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

findos em 31 de dezembro de 2020, a mina Gold Road reconheceu ativos de direito de uso de US\$ 3 milhões (R\$ 16.1 milhões) relacionados a equipamentos móveis de mineração. Ao final do ano 2020, a produção comercial foi declarada.

O ativo em construção foi acrescido principalmente por adições à mina de Aranzazu e San Andrés como parte do desenvolvimento dos projetos ainda não reclassificados para Propriedades Minerais.

O direito de uso dos ativos corresponde às obrigações de responsabilidade de arrendamento discutidas na Nota 17(b) abaixo.

12 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fornecedores	199.277	139.599
Outras contas a pagar	58.178	28.098
Provisão para contas a pagar	54.015	46.365
Receita diferida	67.329	15.656
	378.799	229.718

13 EMPRÉSTIMOS

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2020
Total de empréstimos de longo prazo (Nota 14(a))	365.981	173.135
Menos: parcela circulante	(148.028)	(89.095)
Parcela não circulante	217.953	84.040

a) Empréstimos

i) Banco de Occidente, S.A. ("Banco Occidente")

Em 18 de novembro de 2016, a Aura, por meio da Minosa, recebeu aprovação de uma nota promissória de curto prazo no valor de R\$ 6,1 milhões (a "Segunda Nota Promissória") do Banco Occidente para necessidades de capital de giro. A Segunda Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7%, com carência de um ano e vencimento em 17 de novembro de 2019. Durante o primeiro trimestre de 2019, o Banco Occidente aprovou um período de carência de três meses sobre pagamentos do principal de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 e prorrogou a data de vencimento para fevereiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor da Segunda Nota Promissória era de R\$ 0 (31 de dezembro de 2019: R\$ 641). Para os períodos de doze meses findos em fevereiro de 2020, a Aura incorreu despesas de juros de R\$9,828 (31 de dezembro de 2019: R\$ 175), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

Em 1 de abril de 2019, a Aura, por meio de Minosa, recebeu outra aprovação de uma nota promissória de curto prazo no valor de R\$ 7,7 milhões (a "Terceira Nota Promissória") do Banco Occidente para necessidades de capital de giro. A Terceira Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7,5%, com carência de seis meses e vencimento em fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor da Terceira Nota Promissória era de R\$ 2.603 (31 de dezembro de 2019: R\$ 8.061). Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$626 (31 de dezembro de 2019: R\$ 284), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

ii) Banco ABC Brasil S.A. ("ABC Bank")

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 15,6 milhões com o Banco ABC para necessidades de capital de giro (o "Segundo Empréstimo"). O Segundo Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,40%, com carência de um ano e vencimento em agosto de 2021. O Segundo Empréstimo foi refinanciado em agosto de 2020 com uma nova data de vencimento em agosto de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas que vencerão a cada três meses a partir de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor era de R\$ 23.149 (31 de dezembro de 2019: R\$ 16.554). Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 1.505 (2019: R\$829), respectivamente, que foi registrada como despesas financeiras.

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 10,3 milhões com o Banco ABC para necessidades de capital de giro (o "Terceiro Empréstimo"). O Terceiro Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,4%, com carência de 12 meses e vencimento em julho de 2021. Em agosto de 2020, este empréstimo foi refinanciado com novo vencimento em agosto de 2023. O reembolso do empréstimo será feito em parcelas que serão devidas a cada 3 meses a partir de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do Terceiro Empréstimo era de R\$ 15.246 (31 de dezembro de 2019: R\$ 10.915). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros R\$ 947 (2019: R\$ 299), respectivamente, que foi registrada como despesa financeira.

iii) Banco Atlântida

Durante o segundo trimestre de 2017, a Aura, por meio de Minosa, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 22,7 milhões com o Banco Atlântida para aquisição de ativo fixo para o desenvolvimento do projeto de lixiviação de pilha da fase 6. Em maio de 2017, a Aura utilizou um saldo de R\$ 13,0 milhões e, posteriormente, em outubro de 2017, utilizou o saldo restante de US\$ 3,0 milhões (R\$ 9,8 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,3%, com carência de um ano e vencimento em 15 de julho de 2023 e amortização mensal. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo com o Banco Atlântida era de R\$ 25.371 (31 de dezembro de 2019: R\$ 23.979). Para período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 2.075 (2019: R\$1.791), respectivamente, que foi registrado como despesas financeiras.

iv) Santander Brasil

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Aura, através da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 16.975 (US\$ 4,5 milhões) com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro. O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 7,70% com data de vencimento em janeiro de 2020. No primeiro trimestre de 2020, a Aura, através da Apoena, firmou um refinanciamento do contrato de empréstimo de US\$ 4,5 milhões que resultou em uma redução da taxa de juros anual do empréstimo de 7,70% para 7,18% e uma nova data de vencimento em janeiro de 2021. No quarto trimestre de 2020, a Aura através da Apoena, firmou um refinanciamento do contrato de empréstimo de US\$ 4.500 que resultou em uma redução da taxa de juros anual do empréstimo que foi reduzida de 7,18% para 5,29% e uma nova data de vencimento em outubro de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas que serão devidas a cada três meses a partir de outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 25.349 (31 de dezembro de 2019: R\$ 19.436). Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$1.320 (31 de dezembro de 2019: R\$1.277) que foram registradas como despesas financeiras.

Durante o quarto trimestre de 2020, a Aura, através da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 20.530 com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro (o "Segundo Empréstimo"). O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 4,95% com data de vencimento em dezembro de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas trimestrais a partir de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 20.530 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0,00). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$ 0 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0).

Durante o quarto trimestre de 2020, a Companhia, através da Apoena, assinou um contrato de empréstimo de R\$ 12.858 com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro (o "Terceiro Empréstimo"). O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 4,05% e tem vencimento em dezembro de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas trimestrais a partir de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$12.858 (31 de dezembro de 2019: R\$ zero). Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$ 0 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0).

v) Banco Votorantim

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 13,8 milhões com o Banco Votorantim para necessidades de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,50%, com carência de um ano e vencimento em setembro de 2022. O empréstimo será reembolsado em parcelas a partir de setembro de 2020, que vence a cada quatro meses. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 17.701 (31 de dezembro de 2019: R\$ 14.756). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 1.178 (2019: R\$243), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

vi) Linha de Crédito FIFOMI

Em 9 de dezembro de 2019, a Aura, por meio da Aranzazu, celebrou uma linha de crédito denominada em pesos mexicanos de Mex\$ 69,5 milhões, ou o equivalente a R\$ 15 milhões, junto ao *Fideicomiso de Fomento Minero* ("FIFOMI") para necessidades de capital de giro. A linha possui uma taxa de juros anual conforme a taxa anual de TIE do Banco Central do México mais 4 bps, terminando em 11,99%, com carência de 12 meses e vencimento em 20 de novembro de 2024. O empréstimo é amortizado em parcelas mensais a partir de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 19.246 (31 de dezembro de 2019: R\$ 14.494). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros R\$ 1.717 (2019: R\$ 53), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

vii) IXM S.A. (anteriormente denominada Louis Dreyfus) ("IXM")

Em 8 de março de 2018, a Aura, por meio da Aranzazu, firmou uma linha de empréstimo de R\$ 65,0 milhões (a "Linha") e um contrato de compra (o "Contrato de Compra") com a IXM para o reinício das operações e concentrados de cobre a serem produzidos a partir de sua mina de Aranzazu (o "Projeto") localizada no município de Concepción del Oro, na região nordeste do estado de Zacatecas, México.

A Linha inclui um período de carência de 12 meses e está sujeita às condições habituais, incluindo, mas não se limitando ao reembolso do empréstimo pendente da Companhia com a Auramet International LLC, que foi totalmente reembolsado em março de 2018. A Linha é garantida pela Companhia e suas participações no Projeto e na mina de San Andres. O Contrato de Compra abrange 100% dos concentrados de cobre a serem produzidos no Projeto.

Em 12 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou um aditivo pelo qual a linha de crédito foi prorrogada até 31 de julho de 2021 a partir da data original de vencimento de março de 2021. A linha de crédito tem uma taxa de juros anual igual à LIBOR de um mês mais 700 bps. A emenda estipula também requisitos mínimos de liquidez para a subsidiária em todos os momentos: (i) de 31 de dezembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 não inferior a R\$ 6,8 milhão; (ii) de 29 de fevereiro de 2020 até 29 de abril de 2020 não inferior a R\$ 11,2 milhão; e, (iii) de 30 de abril de 2020 a 31 de julho de 2021 não inferior a US\$ 12,2 milhão. Além disso, a Companhia deve manter depósitos líquidos de não menos de US\$ 3 milhões em todos os momentos durante o prazo. Além disso, a Aranzazu tem o direito de fazer pré-pagamentos sem penalidades.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo da IXM era de R\$33.128 (31 de dezembro de 2019: R\$64.298). Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$4.670 (2019: R\$6.597) que foram registrados como despesas financeiras.

viii) Banco Itaú

Durante o primeiro trimestre de 2020, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 41,6 milhões com o Banco Itaú para necessidades de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7.00%, com vencimento em março de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas semestrais a partir de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 47.545 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 763 e R\$ 2.304 (2019: R\$ 0 e R\$ 0), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

ix) Empréstimo com a Pandion

Em 27 de março de 2020, em conexão com a aquisição da mina Gold Road, a Aura assumiu um empréstimo em aberto com a Pandion Mine Finance, LP ("Pandion") com valor fixo de R\$ 178,9 milhões, com uma cláusula de pré-pagamento, segundo a qual se a Gold Road e a Aura pagarem antecipadamente os valores antes de 27 de março de 2021, a Gold Road e a Aura terão que pagar apenas R\$ 122,7 milhões. O vencimento do empréstimo é 30 de novembro de 2023. O contrato de empréstimo não prevê expressamente uma taxa de juros. Assim, a Aura decidiu utilizar uma taxa de risco de crédito no momento da aquisição de 15,75% e descontou o valor do empréstimo e reconheceu um passivo em aberto de R\$ 128,8 milhões. Vide *Nota 6* para mais informações sobre a aquisição da mina Gold Road.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo em aberto totalizava R\$ 151.193 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0). Para o exercício ano que terminou em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 16.690 (2019: R\$ 0), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

14 IMPOSTO DE RENDA

a) Imposto de renda no resultado

O resultado do imposto de renda incluído nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é o seguinte:

	2020	2019
Despesa corrente de imposto de renda referente ao ano atual	125.238	39.388
Imposto de renda diferido (recuperação) / despesa	(97.917)	(73.962)
Resultado de imposto de renda	27.321	(34.574)

A reconciliação do imposto de renda calculado pela alíquota legal aplicável com a despesa de imposto de renda mostrada nestas demonstrações financeiras é a seguinte:

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda	412.312	(64.174)
Diferença nas alíquotas estatutárias em jurisdições estrangeiras	(106.605)	27.489
Despesas não dedutíveis	(14.267)	8.311
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	99.735	(68.906)
Efeito cambial no imposto de renda	(2.913)	1.259
Impostos retidos na fonte sobre distribuição	(9.798)	4.934
Regime de royalties mexicano	(6.040)	(2.484)
Correção monetária de perdas e outros	12.567	(10.640)
Despesa de imposto de renda (recuperação) à alíquota legal do imposto de renda	(27.321)	(40.037)

Em 2020, o aumento na recuperação de impostos diferidos foi devido principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a perdas contábeis e provisões em minas EPP por aproximadamente R\$130.396. (Em 2019, o aumento na recuperação de impostos diferidos foi devido principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a perdas contábeis em Aranzazu por aproximadamente R\$70.243).

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os ativos (passivos) de impostos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados consistem em:

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
Os impostos diferidos ativos (passivos) líquidos são classificados como:		
Imposto de renda diferido ativo	194.746	72.617
Imposto de renda diferido passivo	(56.291)	(33.515)
	138.455	39.102

A movimentação na conta de imposto de renda diferido líquido foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(33.087)
Registrado no resultado	75.554
Registrado em outros resultados abrangentes	777
Variações cambiais	(1.332)
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(2.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39.102
Registrado no resultado	97.917
Registrado em outros resultados abrangentes	465
Variações cambiais	1.986
Resultado conversão de moeda estrangeira (CTA)	(1.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	138.455

As seguintes diferenças temporárias e prejuízos fiscais dão origem a ativos e passivos de imposto de renda diferido como em:

	2020	2019
Prejuízos fiscais transportados	143.667	76.096
Instalações e equipamentos imobiliários	(70.737)	(40.452)
Outras diferenças temporárias dedutíveis (tributáveis)	65.525	3.458
Imposto de renda diferido ativo líquido	138.455	39.102

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos fiscais diferidos incluem um montante de R\$142.667 que se refere a prejuízos fiscais transportados em EPP (R\$74.916) e Aranzazu (R\$68.752) (R\$70.243 relativos a Aranzazu em 2019). A Companhia

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

concluiu que os ativos diferidos serão recuperáveis usando o lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados para as subsidiárias. As perdas na EPP podem ser transportadas indefinidamente e não têm data de expiração. As perdas em Aranzazu têm datas de expiração entre 2024 e 2027, porém a administração espera utilizar plenamente as perdas antes das datas de expiração.

Algumas diferenças temporárias e prejuízos fiscais não foram reconhecidas como ativos fiscais diferidos devido ao fato de a administração ter determinado que não é provável que lucros tributáveis futuros suficientes sejam obtidos nessas jurisdições para recuperar tais ativos. Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos são resumidos como se segue:

	2020	2019
Prejuízos fiscais transportados	18.942	52.294
Provisão para fechamento e restauração de minas	21.421	25.087
Outras diferenças temporárias dedutíveis	514	91.574
Ativos de imposto de renda diferido não reconhecido	40.877	168.955

A administração avalia estas diferenças temporárias regularmente e ajusta o ativo fiscal diferido não reconhecido no período em que a administração determina que é provável que alguma parte dos ativos seja realizada.

15 PROVISÃO PARA FECHAMENTO E RESTAURAÇÃO DE MINAS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do período	121.493	99.582
Atualização monetária	10.704	9.445
Atualização nas estimativas	42.953	9.861
Aquisição da Gold Road	680	-
mudança na estimativa cuidado e manutenção	(4.646)	(1.177)
Impacto da Conversão cambial - CTA	33.799	3.782
Saldo no final do período - não circulante	204.983	121.493

A provisão para fechamento e restauração de minas está relacionada aos custos de fechamento e restauração ambiental associados às operações de mineração. As provisões foram registradas pelos seus valores presentes líquidos, utilizando taxas de desconto baseadas em taxas livres de risco de 0,52%, 4,75%, 5,81% e 7,94% para Gold Road, Brasil, México e Honduras, respectivamente. As provisões foram remensuradas a cada data de relatório, com a despesa de acréscimo sendo registrada como custo financeiro.

A mudança na estimativa, durante 2020, ocorreu principalmente devido à compensação de três itens: 1) uma diminuição nas mudanças nas estimativas de recuperação e custos de restauração na mina de Aranzazu devido a informações novas e atualizadas e 2) um aumento nas estimativas de recuperação e custos de restauração em Honduras; e 3) devido a mudanças nas taxas de desconto e taxas de inflação em todas as minas.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16 OUTRAS PROVISÕES

	Benefícios de longo prazo a empregados	Provisão para demandas judiciais	Total
Em 31 de dezembro de 2018	23.439	1.980	25.419
Serviço periódico e despesa financeira	3.456	-	3.456
Movimentação na provisão para o exercício	1.669	(691)	978
Ganho (perda) atuarial	3.123	-	3.123
Liquidação durante o exercício	(2.804)	-	(2.804)
Variação cambial	(494)	(40)	(534)
Impacto de conversão cambial - CTA	914	73	987
Em 31 de dezembro de 2019	29.303	1.322	30.625
Serviço periódico e despesa financeira	3.380	-	3.380
Movimentação na provisão para o exercício	3.142	1.796	4.938
Ganho (perda) atuarial	3.677	-	3.677
Liquidação durante o exercício	(1.994)	-	(1.994)
Variação cambial	(647)	-	(647)
Impacto de conversão cambial - CTA	9.031	556	9.587
Em 31 de dezembro de 2020	45.892	3.674	49.566

A responsabilidade por benefícios de longo prazo a empregados existe como resultado de requisitos legais em Honduras pelos quais as empresas são obrigadas a pagar uma indenização com base nos anos de serviço prestado por um funcionário, independentemente da causa da rescisão.

	2020	2019
Taxas de desconto	7,75%	8,60%
Taxa de aumento salarial (administrativa)	7,50%	7,50%
Taxa de aumento salarial (operação)	7,50%	7,50%
Inflação a longo prazo	5,00%	5,00%

17 OUTROS PASSIVOS

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
Royalty NSR (nota 17(a))	3.247	4.768
Obrigação de pagamento de arrendamento (nota 17 (b))	15.294	5.324
Total de outros passivos	18.541	10.093
Menos: outros passivos correntes	(13.293)	(7.836)
	5.248	2.257

a) Royalty NSR

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do período	4.769	8.098
Atualização monetária	76	324
Pagamento de royalties	(6.071)	(3.704)
Aumento da responsabilidade da NSR	3.248	(248)
Impacto da conversão cambial - CTA	1.225	299
Saldo no final do exercício	3.247	4.769
Menos: parcela circulante	(3.247)	(4.769)
	-	-

Em 2011, a Aura concluiu uma reestruturação de suas obrigações contratuais, que resultou na liquidação da contraprestação de compra diferida e na concessão de um NSR Royalty igual a 1,5% nas vendas líquidas da Mina de San Andres, da Mina de São Francisco e da antiga Mina de São Vicente da Companhia, com início em 1º de março de 2013 e

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

até um montante acumulado de royalties de US\$ 16,0 milhões (R\$ 32,2 milhões). O passivo foi registrado pelo seu valor presente líquido utilizando uma taxa de desconto de 5% (2019: 5%). O passivo é remensurado a cada data base de relatório, com as despesas de atualização monetária e a revisão da estimativa registradas nas despesas financeiras e outras receitas, respectivamente. Em outubro de 2020, o passivo da NSR foi totalmente paga. Em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecida uma responsabilidade NSR de R\$1.206 e R\$2.043 para Gold Rad e Aranzazu, respectivamente.

b) Obrigação de pagamento de arrendamento

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do exercício	5.324	3.414
Adição de obrigação de arrendamento	20.837	1.763
Atualização monetária	1.498	193
Pagamentos de arrendamento	(13.907)	(2.063)
Impacto da conversão cambial - CTA	1.542	2.017
Saldo no final do exercício	15.294	5.324
Menos: parcela circulante	(10.045)	(3.067)
	5.249	2.257

A taxa de desconto pela média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 era de 8% (31 de dezembro de 2019: 8%).

Os passivos de arrendamento estão incluídos dentro de passivo circulante e não circulante nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A despesa financeira ou a amortização do desconto sobre o passivo de arrendamento é contabilizada nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, utilizando o método dos juros efetivos.

A tabela a seguir resume os valores contábeis dos passivos de arrendamento da Companhia, mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos, que são reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados a partir de:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Parcela de curto prazo dos passivos de arrendamento	(10.045)	(3.067)
Parcela de longo prazo dos passivos de arrendamento	(5.249)	(2.257)
	(15.294)	(5.324)

A tabela abaixo analisa os passivos de arrendamento da Companhia em grupos de datas de vencimento contratuais relevantes com base no período remanescente na data dos Balanços Patrimoniais Consolidados até a data de vencimento contratual do arrendamento. Os valores mostrados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos de arrendamento, como segue:

	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Fluxos de Caixa	
				Contratuais Totais	Valor presente
Passivos de arrendamento	12.393	5.883	497	18.773	15.294
	12.393	5.883	497	18.773	15.294

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Aura autorizou um número ilimitado de ações ordinárias.

A partir de 26 de agosto de 2020, a Companhia teve uma divisão de ações onde: i) cada ação emitida da Companhia e ii) cada recibo de depósito brasileiro ("BDR") emitido, representando uma ação da Companhia, em conexão com a oferta primária e secundária no Brasil, foram divididas em 15 ações emitidas e BDRs, respectivamente.

Como resultado da divisão de ações, as 4.716.164 ações ordinárias da Companhia emitidas e em circulação naquela data foram divididas em 70.742.463 ações ordinárias da Companhia. A divisão de ações foi aprovada pelo conselho de administração em reunião realizada em 2 de junho de 2020. Todas as informações nestas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em uma base pós-divisão de ações.

b) Opções de compra de ações

A movimentação das opções de ações da Companhia emitidas e em circulação é a seguinte:

	Quantidade de opções	Preço medio ponderado CAD\$
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	3.281.865	1,35
Concedidas	988,080	1,57
Exercidas	(241,980)	0,70
Canceladas / expiradas	(575,715)	0,79
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	3.452.250	1,55
Concedidas	99,000	10,48
Exercidas	(17,895)	1,09
Canceladas / expiradas	(83,055)	1,07
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	3.450.300	1,80

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura possuía 3.436.800 opções emitidas e em circulação da seguinte forma:

Preço de exercício em CAD\$	Opções em circulação	Opções exercíveis	Prazo contratual remanescente (anos)	Data de Vencimento
0,94	31.800	31.800,000	0,06	21 de março de 2021
1,64	15.900	15.900,000	0,22	21 de março de 2021
1,57	1.951.770	650.590	5,45	12 de junho de 2026
1,57	1.055.580	52.000	5,76	5 de outubro de 2026
1,35	296.250,000	296.250,000	5,76	26 de agosto de 2026
2,00	36.000,000	-	7,07	23 de janeiro de 2028
15,33	36.000,000	-	7,62	11 de agosto de 2028
15,33	13.500,000	-	9,78	9 de outubro de 2030
15,33	13.500,000	-	9,79	12 de outubro de 2030
	3.423.300	1.046.540		

O valor justo na data da concessão é determinado independentemente usando o modelo Black-Scholes. As entradas do modelo para opções concedidas durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 assumiram um preço médio ponderado para opções concedidas de C\$ 9,49 e C\$ 1,49, respectivamente.

c) Despesa com pagamento baseado em ações

A despesa com pagamento baseado em ações é mensurada ao valor justo e reconhecida durante o período de aquisição a partir da data da concessão. Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, as despesas de pagamento com base em ações reconhecidas nas despesas gerais e administrativas foram de R\$ 3.084 (2019: R\$ 1.773), respectivamente.

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura concedeu opções de compra de ações (refletindo a divisão pós-participação de 15 para 1) de 99.000. (Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, a Aura concedeu opções de compra de ações (refletindo a divisão pós-aquisição de 15 para 1) de 988.080, respectivamente).

d) Oferta Pública Inicial (IPO) na B3

Em 24 de junho de 2020, a Aura anunciou que estava lançando uma oferta pública primária e secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito brasileiros - BDR, com cada BDR representando uma ação da Aura. Os BDRs objeto da Oferta foram aprovados para listagem no B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (o "B3").

A Oferta consistiu em (i) uma oferta pública primária com esforços restritos de, inicialmente, 331.033 BDRs (a "Oferta Primária" e os "BDRs da Oferta Primária") (4.965.495 ações após a divisão de 15 para 1 em 26 de agosto), representando 331.033 ações (4.965.495 ações após a divisão de ações de 15 para 1 em 26 de agosto), e uma oferta pública secundária com esforços restritos de, inicialmente, 626.090 BDRs por um determinado acionista da Companhia (o "Acionista Vendedor da Oferta Básica") (a "Oferta Secundária" e os "BDRs da Oferta Secundária", e a Oferta Primária, juntamente com a Oferta Secundária, a "Oferta Básica", e os BDRs da Oferta Primária, juntamente com os BDRs da Oferta Secundária, os "BDRs da Oferta Básica") (9.391.350 ações após divisão de ações 15 para 1 em 26 de agosto), representando 626.090 ações (9.391.350 ações após divisão de ações de 15 para 1 em 26 de agosto), no mercado de balcão não organizado, exclusivamente para " investidores profissionais ", conforme definido pelo regulamento local.

O número de BDRs da Oferta Básica foi aumentado em 6.430 BDRs (96.450 ações após a divisão de 15 para 1 em 26 de agosto) oferecido por um determinado acionista individual da Aura, nas mesmas condições e ao mesmo preço dos BDRs da Oferta Básica (os "BDRs adicionais").

Além dos BDRs Adicionais, o número de BDRs da Oferta Básica foi aumentado em 88.268 BDRs, dos quais 30.529 BDRs foram alocados pela Companhia (os "BDRs de Atribuição Suplementar Primária") e 57.739 BDRs devem ser oferecidos pela Acionista Vendedor da Oferta Básica (os "BDRs de Atribuição Suplementar Secundários" e, juntamente com os BDRs de Atribuição Suplementar Primários, os "BDRs de Atribuição Suplementar"), nas mesmas condições e pelo mesmo preço dos BDRs da Oferta Básica, nos termos da opção concedida pela Companhia e pelo Acionista Vendedor da Oferta Base ao subscritor brasileiro que atuou como agente de estabilização, com o objetivo de estabilizar os serviços do preço dos BDRs no âmbito da Oferta.

O valor bruto total dos BDRs da Oferta Básica e dos BDRs Adicionais foi de R\$ 790.113 (equivalente a US\$ 148,9 milhões). O valor bruto total dos BDRs de Loteamento Suplementar foi de R\$ 72.380 (equivalente a US\$ 13,3 milhões).

O valor bruto para a Aura proveniente da Oferta Primária foi de R\$ 271.447 (equivalente a US\$ 51,11 milhões), antes da dedução do desconto de subscrição e das despesas estimadas da Oferta. O valor bruto para a Companhia proveniente dos BDRs do lote suplementar primário foi de R\$ 25.034 (equivalente a US\$ 4,6 milhões), antes da dedução do desconto de subscrição e das despesas estimadas da Oferta.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 7 de julho de 2020, a Aura emitiu 331.033 BDRs (4.965.495 após o desdobramento de ações de 15 para 1 em 26 de agosto) e recebeu recursos de R\$ 256.316 (equivalente a US\$ 47,9 milhões), líquido do subscritor, agente depositário e outras comissões e taxas. Em 6 de agosto de 2020, a Aura emitiu 30.529 BDRs (457.935 após o desdobramento de ações de 15 para 1 em 26 de agosto) e recebeu recursos de R\$ 23.648 (equivalentes a US\$ 4,3 milhões), líquido de subscritor, agente depositário e outras comissões e taxas. O valor total das receitas líquidas recebidas é de R\$ 295.415, que se reflete na demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Adicionalmente, em decorrência da transação, a Aura incorreu em despesas diretamente atribuíveis à emissão dos novos instrumentos patrimoniais no valor de R\$ 17.796, os quais foram capitalizados e deduzidos do aumento de capital. Isso está representado nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido, resultando em um valor líquido recebido de R\$ 277.619.

19 RECEITA LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita de ouro	1.150.885	629.254
Receita de concentrados de cobre & ouro	458.251	281.089
Outros	(39.091)	(12.035)
	1.570.045	898.308

As receitas das minas Gold Road Mine, San Andres Mine e EPP estão relacionadas com a venda de ouro refinado. As receitas da mina Aranzazu estão relacionadas à venda de concentrado de cobre. As receitas da Companhia estão concentradas em 3 clientes e a gerência monitora continuamente o relacionamento com eles.

20 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS POR NATUREZA

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Custos diretos de minas e usinas	800.864	615.488
Depreciação e amortização	119.706	88.262
	920.570	703.750

Os custos diretos da mina e da usina incluem benefícios aos funcionários de R\$453.542 e US\$305.063 para o período que terminou em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Em dezembro de 2020, a Aura concluiu negociações envolvendo um sinistro relacionado às operações interrompidas em anos anteriores na mina de San Andrés, onde San Andrés, através da Aura, recebeu um reembolso de seguro de aproximadamente R\$ 14.047 milhões. Como esses valores estavam relacionadas com as operações da mina, elas foram refletidas acima como uma redução de custos. A Companhia recebeu pagamentos no valor total de R\$ 14.047 milhões de dólares relacionados com o reembolso do seguro durante o primeiro trimestre de 2021.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Salários, ordenados e benefícios	32.188	21.434
Honorários profissionais e de consultoria	19.586	12.297
Taxas legais, de arquivamento, listagem e transferência de agentes	7.841	485
Cobertura de seguros	8.837	3.625
Honorários de diretoria	6.313	665
Custo de ocupação	235	700
Fusão e aquisição	1.942	-
Despesas com viagem	1.217	2.075
Despesa com pagamento baseado em ações	3.084	1.773
Depreciação e amortização	97	103
Despesa com depreciação de arrendamento	618	403
Outras	13.568	3.249
	95.526	46.809

A categoria de Fusões e Aquisições de Despesas Gerais e Administrativas representam os custos incorridos em relação à aquisição da mina Gold Road.

Os honorários profissionais e de consultoria incluem despesas com os auditores da Companhia, que aumentam devido às exigências para ser uma empresa pública listada no Brasil, incluindo a obrigação de revisões de relatórios trimestrais e demonstrações financeiras anuais auditadas por uma empresa de auditoria registrada no Brasil

Os honorários legais, de listagem e de agentes de transferência estão principalmente relacionados à oferta secundária (Nota 18(b)) e assessoria jurídica geral relacionada às leis de valores mobiliários, incluindo consultoria para cisão de ações, assembleia geral da Companhia e outras assessorias jurídicas.

O aumento nos valores dos seguros está principalmente relacionado ao aumento das coberturas de interrupção de propriedade e negócios, como resultado de aumentos na produção e receitas e à aquisição da Gold Road. Além disso, o aumento dos prêmios de D&O, que aumentaram como resultado do maior valor de mercado da Companhia, da dupla listagem e das condições gerais do mercado de seguros.

O aumento nos honorários dos diretores é motivado principalmente devido à reavaliação das DSUs em circulação com base no preço das ações da Companhia, que terminou em 31 de dezembro de 2020.

A categoria de Fusão e Aquisição de Despesas Gerais e Administrativas representa os custos incorridos em relação à aquisição da mina da Gold Road.

"Outros" inclui despesas gerais incorridas relacionadas aos materiais e suprimentos da COVID-19.

22 DESPESAS DE CUIDADO E MANUTENÇÃO (CARE AND MAINTENANCE)

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Aranzazu Mine	11	-
Almas, Matupa and Tolda Fria Projects	3.693	841
Projetos EPP	3.853	4.962
Gold Road	628	-
	8.185	5.803

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23 GASTOS COM EXPLORAÇÃO

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de de 2019
Mina de San Andres	5.554	949
Projetos EPP	19.208	11.781
Mina de Aranzazu	2.539	109
Gold Road	960	-
	28.261	1.382

24 DESPESAS FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesa de atualização monetária	6.138	9.447
Despesa de juros de arrendamento (Nota 17(b))	1.498	177
Encargos financeiros sobre empréstimos (Nota 13)	33.353	11.699
Despesa financeira de benefícios pós-emprego	3.380	3.494
Outras despesas de juros e financeiras	3.989	6.457
	48.358	31.274

O aumento da despesa com juros sobre dívidas dentro do período findo em 31 de dezembro de 2020 é relativo principalmente a despesa de juros acumulados da dívida de Pandion para Gold Road no valor de R\$ 16.690 (Nota 13 (ix)).

25 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Perda líquida em opções de compra e contratos a preço fixo - Ouro	(38.421)	(18.663)
Perda líquida em opções de compra - Cobre	(9.097)	-
Ganho (perda) líquida em derivativos de moeda estrangeira	(29.516)	(1.751)
Ganho (perda) com a opções de FV da dívida Pandion	17.331	-
Ganho (perda) na mudança FV da Nota promissória a receber da MWV	13.399	-
Ganho (perda) cambial	(9.272)	(8.775)
Outros itens	(1.257)	1.974
	(56.833)	(27.215)

A perda líquida nas opções de compra e venda e nos contratos a preço fixo para ouro aumentou no período de doze meses em 2020 devido ao fato de que os preços no mercado de ouro aumentaram em 2020. Portanto, a Aura incorreu em perdas realizadas e não realizadas com derivativos ("zero cost collars" e contratos a termo).

O ganho (perda) líquido nos derivativos de moeda estrangeira e na variação cambial aumentou durante o período de doze meses de 2020, devido à desvalorização significativa do real brasileiro em relação ao dólar dos EUA.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

26 INFORMAÇÕES SOBRE FLUXO DE CAIXA

a) Itens que não afetam caixa

Período de doze meses findos em 31 de dezembro	2020	2019
Imposto de renda corrente e diferido	39.352	(3.987)
Depreciação, amortização e exaustão	118.852	88.347
Atualização monetária	12.279	9.945
Serviço periódico, serviço passado e despesa financeira com benefícios pos-emprego	6.523	5.152
Despesa com pagamento baseado em ações (Nota 18(b))	3.084	1.773
Atualização da provisão para fechamento das minas	(4.635)	(1.117)
Ganho (perda) variações cambiais	9.264	7.027
Perda venda de ativos	(3.868)	428
(Ganhos) perdas não realizadas de contratos de opção de compra de preço fixo	(1.291)	(2.811)
(Ganhos) perdas não realizadas de opção FV da Dívida Pandion	(17.327)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos	33.043	117
Outros itens que não afetam caixa	402	(936)
	195.678	79.578

b) Variações no capital de giro

Período de doze meses findos em 31 de dezembro	2020	2019
(Aumento) em contas a receber e outras contas e receber	(57.686)	(39.234)
(Aumento) redução em estoques	(48.910)	3.309
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	90.056	3.954
	(16.540)	(31.971)

c) Informações complementares sobre fluxo de caixa

Período de doze meses findos em 31 de dezembro	2020	2019
Variações em outros ativos e passivos consistem em:		
Redução (aumento) em ativos realizáveis a longo prazo	4.005	5.487
Redução (aumento) em outros ativos circulantes	(26.575)	(2.416)
Outros itens	(124)	(2.925)
	(22.694)	146

d) Atividades não monetárias de investimento e financiamento consistem de:

Períodos de doze meses findos em 31 de dezembro	2020	2019
Adição sem dinheiro a propriedades, plantas e equipamentos	(23.783)	15.040
Dividendos declarados a pagar	-	12.524

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Reconciliação dos empréstimos

Saldo em 1 de janeiro de 2019	113.198	5.376	118.574
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:			
Pagamento de empréstimos de curto prazo	(3.069)	(5.376)	(8.445)
Pagamento de nota promissória de Rio Novo	(2.859)	-	(2.859)
Pagamento de Banco Atlantida	(1.434)	-	(1.434)
Pagamento de Banco ABC Brasil 1 empréstimo	(4.395)	-	(4.395)
Pagamento de empréstimo IXM S.A. (anteriormente Louis Dreyfus)	(16.540)	-	(16.540)
Pagamento do empréstimo	(28.297)	(5.376)	(33.673)
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Santander Brasil	16.975	-	16.975
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Banco ABC Brasil	25.968	-	25.968
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de FIFOMI	14.796	-	14.796
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Votorantim	14.292	-	14.292
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Banco Occidental 3r Empréstimo	7.842	-	7.842
Rendimentos do empréstimo	79.873	-	79.873
Juros de empréstimos pagos	(9.353)	(357)	(9.710)
	155.421	(357)	155.064
Outros Variações:			
Encargos financeiros sobre empréstimos	11.595	106	11.701
Impacto da Conversão cambial (CTA)	6.119	251	6.370
Saldo em 31 de dezembro de 2019	173.135	-	173.135
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:			
Pagamento do Banco Occidente	(8.328)	-	(8.328)
Pagamento de Banco Atlantida	(5.985)	-	(5.985)
Pagamento do Votorantim	(2.774)	-	(2.774)
Pagamento do Pandion Debt	(8.104)	-	(8.104)
Pagamento de empréstimo IXM S.A. (anteriormente Louis Dreyfus)	(51.522)	-	(51.522)
Pagamento do FIFOMI	(394)	-	(394)
Pagamento do empréstimo	(77.108)	-	(77.108)
Dívida assumida na aquisição da Gold Road	112.250	-	112.250
Valor recebido pela obtenção de empréstimos de Banco Itau	35.628	-	35.628
Receitas recebidas do Banco Santander ("Segundo Empréstimo")	20.530	-	20.530
Receitas recebidas do Banco Santander ("Terceiro Empréstimo")	12.858	-	12.858
Rendimentos do empréstimo	69.016	-	69.016
Juros de empréstimos pagos	(16.029)	-	(16.029)
	261.264		261.264
Outros Variações:			
Encargos financeiros sobre empréstimos	33.040	-	33.040
Desvalorização da taxa de câmbio de pesos MXN - FIFOMI	92	-	92
Impacto da Conversão cambial (CTA)	71.586	-	71.586
Saldo em 31 de dezembro de 2020	365.981	-	365.981

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a IFRS 9, a Aura registra o valor justo dos instrumentos de contratos a preço fixo e instrumentos de opções de compra/venda no final do período de relatório como um ativo (caixa) ou um passivo (não caixa). O valor justo é calculado como a diferença entre um preço baseado no mercado e o preço contratado. No final do período de relatório, um ganho ou perda correspondente é registrado nas Demonstrações Consolidadas do Resultado como outros (ganhos) perdas.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para os contratos a preço fixo e opções de venda / compra dos derivativos de ouro, esses derivativos são significativamente influenciados pelo preço de mercado do ouro. Conforme observado na seção (h) abaixo, esses derivativos são considerados como investimentos de Nível 2.

a) Contrato a preço fixo

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura firmou contratos de preço fixo para cobrir 9.000 onças de ouro com vencimento entre 30 de abril de 2020 e 30 de dezembro de 2020 a um preço médio de US\$1.868,00 por onça de ouro. Durante doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura registrou uma perda realizada de R\$10.9.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura não tinha contratos de preço fixo em aberto.

b) Contratos de opção de compra / venda

i) Ouro

Corporativo

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura celebrou contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de 17.500 onças com preços mínimos entre US\$1.440,00 e US\$1.720,00 (preço médio de exercício de US\$1.600,00) e preços máximos entre US\$1.555,00 e US\$2.120,00 (preço médio de exercício de US\$1.764,00) por onça de ouro com vencimento entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Durante doze meses terminados a 31 de Dezembro de 2020, a Aura registou um prejuízo realizado de R\$ 23.591.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura não tinha nenhuma posição de opção de compra/venda em aberto.

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) , em um total de 88.000 onças com preços mínimos entre US\$1.260,00 e US\$1.490,00 (preço médio de exercício de US\$1.339,00) e preços máximos entre US\$1.310,00 e US\$1.700,00 (preço médio de exercício de US\$ 1.452,00) por onça de ouro com vencimento entre 29 de março de 2019 e 31 de julho de 2020. Para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma perda realizada de R\$14.3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, havia 24.500 onças com preços mínimos entre US\$1.350,00 e US\$1.480,00 (preço médio de exercício de US\$1.415,00) e preços máximos entre US\$1.475,00 e US\$1.700,00 (preço médio de exercício de US\$1.567,00) por onça de ouro vencendo entre 31 de janeiro de 2019 e 31 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um passivo derivativo sobre essas opções em aberto de R\$ 0,5 milhão.

Aranzazu

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura, através da Aranzazu, celebrou contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de 15.012 onças com preços mínimos entre US\$1.460,00 e US\$1.783,00 (preço médio de exercício de US\$1.659,00) e preços máximos entre US\$1.720,00 e US\$2.155,00 (preço médio de exercício de US\$1.925,00) por onça de ouro com vencimento

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

entre 1 de fevereiro de 2020 e 31 de abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, havia 4.454 onças com preços mínimos entre US\$1.700,00 e US\$1.783,00 (preço médio de exercício de US\$1.732,00) e preços máximos entre US\$2.005,00 e US\$2.029,00 (preço médio de exercício de US\$2.014,00) por onça de ouro com vencimento entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de abril de 2021. Para os doze meses terminados a 31 de Dezembro de 2020, a Companhia registou um prejuízo realizado de R\$ 4.066.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura registou um passivo derivado sobre essas opções em aberto de zero.

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, a Aura, através da Aranzazu, celebrou contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de 10.640 onças com preços mínimos entre US\$1.350,00 e US\$1.450,00 (preço médio de exercício de US\$1.402,00) e preços máximos entre US\$1.516,00 e US\$1.600,00 (preço médio de exercício de US\$1.561,00) por onça de ouro com vencimento entre 1 de agosto de 2019 e 31 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, havia 4.740 onças com preços mínimos entre US\$1.350,00 e US\$1.450,00 (preço médio de exercício de US\$1.429,00) e preços máximos entre US\$1.516,00 e US\$1.600,00 (preço médio de exercício de US\$1.570,00) por onça de ouro com vencimento entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de julho de 2020. Para os doze meses terminados a 31 de Dezembro de 2019, não foram registados quaisquer ganhos ou perdas realizadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Aura registou um passivo derivado sobre estas opções em aberto de R\$4.

ii) Cobre

Aranzazu

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, Aranzazu, celebrou contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de 18.334,75 libras com preços mínimos entre US\$2,3002 e US\$2,9003 (preço médio de exercício de US\$2,5860) e preços máximos entre US\$2,42944 e US\$4,1195 (preço médio de exercício de US\$2,7301) por libra de cobre com vencimento entre 22 de janeiro de 2020 e 31 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, havia 6.191,91 onças com preços mínimos entre US\$2,7900 e US\$2,9003 (preço médio de exercício de US\$2,8591) e preços máximos entre US\$3,4441 e US\$4,1195 (preço médio de exercício de US\$3,8673) por onça de ouro com vencimento entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de março de 2021. Para os doze meses terminados a 31 de Dezembro de 2020, a Companhia registou um prejuízo realizado de R\$6.282.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura registou um passivo derivativo sobre essas opções em aberto de R\$ 0,8 .

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, a Aura, através da Aranzazu, celebrou contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de 12.004,97 libras com preços mínimos entre US\$2,5002 e US\$2,6000 (preço médio de exercício de US\$2,5150) e preços máximos entre US\$2,6708 e US\$2,9978 (preço médio de exercício de US\$2,7974) por libra de cobre com vencimento entre 1 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, havia 4.754,97 onças com preços mínimos entre US\$2,5002 e US\$2,6000 (preço médio de exercício de US\$2,5266) e preços máximos entre US\$2,6708 e US\$2,9978 (preço médio de exercício de US\$2,8420) por onça de ouro com vencimento entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de julho de 2020. Para os doze meses terminados em 31 de Dezembro de 2019, não foram registados ganhos ou perdas realizadas.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2019, a Aura registrou um passivo derivativo sobre essas opções abertas de R\$0,6.

iii) Derivativos de moeda brasileira

Corporativo

A 31 de Dezembro de 2020, havia contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de US\$ 9,55 milhões com um preço mínimo entre R\$ 4,02 e R\$ 5,15 (preço médio de exercício de R\$ 4,35) e um preço máximo entre R\$ 4,05 e R\$ 5,3325 (preço médio de exercício de R\$ 4,45) com vencimentos entre 2 de Janeiro de 2020 e 30 de Novembro de 2020. Para os doze meses encerrados a 31 de Dezembro de 2020, foram registradas perdas realizadas de R\$ 13.919.

Em 31 de dezembro de 2020, não havia contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) em aberto para derivativos de moeda R\$.

Em 31 de dezembro de 2019, havia contratos de compra e venda a custo zero (zero-cost put/call collars) intermediados por várias instituições financeiras, num total de US\$ 7,3 milhões com um mínimo entre R\$ 3,77 e R\$ 4,20 (preço médio de exercício de R\$ 4,01) e um máximo entre R\$ 3,85 e R\$ 4,19 (preço médio de exercício de R\$ 4,09), com vencimento entre 2 de janeiro de 2020 e 29 de outubro de 2020. Para os doze encerrados terminados a 31 de Dezembro de 2019, foram registradas perdas realizadas no valor de R\$ 778.

Em 31 de dezembro de 2019, a Aura registrou um passivo derivativo em alguns dos contratos de preço fixo em aberto de R\$258 e um ativo derivativo em alguns desses contratos de preço fixo em aberto de R\$250.

c) Contratos de *non-deliverable forwards*

j) Derivativos de moeda brasileira

Brasil

Durante os doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2020, não houve entregas de derivativos em moeda BRL, intermediados por várias instituições financeiras, num total de US\$ 26,3 milhões, com um intervalo entre R\$ 4,003 e R\$ 5,133 (preço médio de exercício de R\$ 4,33) que expirou entre 2 de janeiro de 2020 e 22 de outubro de 2020. Para os doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2020, foram registradas perdas realizadas de R\$17.691. A partir de 31 de dezembro de 2020, não houve nenhuma entrega a termo de derivativos em moeda R\$.

Em 31 de dezembro de 2019, não havia contratos de *non-deliverable forwards* em aberto.

d) Risco de crédito

Risco de crédito representa o risco de um terceiro não honrar suas obrigações com Aura sob os termos do instrumento financeiro correspondente. O risco de crédito da Companhia é limitado a contas a receber, contratos de derivativos e aplicações financeiras em títulos no curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Aura considera baixo o risco de crédito com esses contratos financeiros.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de Aura não conseguir cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A Aura gerencia seu risco de liquidez por meio de um rigoroso processo de planejamento e orçamento, que é revisado e atualizado regularmente, para ajudar a determinar os requisitos de financiamento para apoiar as operações atuais da Companhia e seus planos de expansão e desenvolvimento, além de gerenciar sua estrutura de capital conforme descrito na *Nota 29*.

O objetivo da Companhia é garantir que haja recursos financeiros comprometidos suficientes para atender aos requisitos de negócios de curto prazo por um período mínimo de doze meses. No curso normal dos negócios, a Aura celebra contratos que dão origem a compromissos para pagamentos futuros, conforme divulgado na tabela a seguir:

	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	378.799	-	-	-	378.799
Passivos financeiros derivativos	811	-	-	-	811
Pagamentos de empréstimos de curto e longo	133.473	228.353	4.154	-	365.981
Provisão para fechamento e restauração de r	-	44.935	48.225	111.823	204.983
Outros passivos a arrendamentos	13.292	5.249	-	-	18.541
	526.375	278.537	52.379	111.823	969.115

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura possui caixa e equivalentes de caixa de R\$ 612.057 e capital circulante de R\$ 500.449 (ativo circulante, excluindo caixa restrito, menos passivo circulante).

e) Risco de moeda

As operações da Companhia estão localizadas em Honduras, Brasil, México e Estados Unidos da América; portanto, as exposições ao risco cambial surgem de transações denominadas em moedas estrangeiras. Embora as vendas da Companhia sejam denominadas em dólares dos EUA, algumas das despesas operacionais da Companhia são denominadas em moedas estrangeiras, principalmente a Lempira hondurenha, o real brasileiro, o peso mexicano, o dólar canadense e o peso colombiano.

Os instrumentos financeiros que impactam o resultado da Companhia ou outros resultados abrangentes devido a variações cambiais incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos de longo prazo, contas a pagar e outras contas a pagar, empréstimos de curto prazo e outras provisões denominadas em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aura possuía caixa e equivalentes de caixa de R\$ 612.057, dos quais R\$ 537.131 em dólares dos EUA, R\$ 869 em dólares canadenses, R\$65.541 em reais brasileiros, R\$ 8.053 em lempiras hondurenhas, R\$438 em pesos mexicanos e R\$ 29.303 em pesos colombianos. Um aumento ou redução de 10% na taxa de câmbio do dólar dos EUA para as moedas listadas acima teria aumentado ou diminuído o ganho da Companhia no período em R\$ 7.493.

f) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros geralmente está associado a instrumentos financeiros de taxa variável e às taxas de juros de mercado disponíveis no momento em que os instrumentos financeiros são adquiridos. A Aura está exposta ao risco de taxa de juros sobre seu caixa e equivalentes de caixa, uma vez que detém uma parcela de caixa e equivalentes de caixa

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e caixa restrito em contas bancárias que geram taxas de juros variáveis. Alguns dos empréstimos no México têm uma taxa de juros variável baseada na LIBOR mais 7,00% ou taxa TIEE mais 4,2%. A Aura monitora sua exposição a taxas de juros e não possui contratos de derivativos para gerenciar esse risco.

Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento nas taxas de juros de 100 pontos base (1%) aumentaria o prejuízo consolidado e o resultado abrangente negativo do período em R\$ 4.231. Uma redução nas taxas de juros de 100 pontos base (1%) reduziria o prejuízo consolidado e o resultado abrangente negativo do período em R\$ 4.231.

Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento nas taxas de juros de 100 pontos base (1%) para os empréstimos no México com LIBOR mais 7% aumentaria o resultado consolidado e o resultado abrangente negativo do período em R\$ 590. Uma redução nas taxas de juros de 100 pontos base reduziria o resultado consolidado e o resultado abrangente negativo do período em R\$ 590.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento ou diminuição nas taxas de juros de 100 pontos base (1 por cento) para o empréstimo mexicano com TIEE mexicano + 4,2% teria aumentado o resultado consolidado e o resultado abrangente para o exercício em R\$ 189. Uma redução nas taxas de juros de 100 pontos base (1 por cento) teria diminuído o resultado consolidado e o resultado abrangente do exercício em R\$ 189.

g) Risco de preço de commodities

A Aura está sujeita ao risco de preço devido a flutuações nos preços de mercado de ouro, cobre e outros metais. Historicamente, os preços do ouro, cobre e outros metais flutuaram amplamente e são afetados por vários fatores fora dos controles da Companhia.

A rentabilidade das operações da Companhia está altamente correlacionada com os preços de mercado desses metais, assim como a capacidade da Companhia de desenvolver suas outras propriedades.

Uma mudança de 10% no preço médio da commodity ouro para o ano, com todas as outras variáveis mantidas constantes, resultaria em um impacto no lucro líquido consolidado e no resultado abrangente da Companhia para o período de doze meses de R\$ 114.429. Uma mudança de 10% no preço médio da commodity cobre para o ano, com todas as outras variáveis mantidas constantes, resultaria em um impacto no lucro líquido consolidado e no resultado abrangente da Companhia para o período de doze meses de R\$ 47.584.

h) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados ao valor justo em uma base recorrente em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão sumarizados na tabela a seguir:

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nível	Classificação de instrumentos financeiros	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	Valor Justo	612.057	612.057	156.673	156.673
Impostos a recuperar	N/A	Custo amortizado	188.525	188.525	134.871	134.871
Outros créditos	N/A	Custo amortizado	14.889	14.889	2.181	2.181
Ativos e recebíveis não circulantes (menos MVV Nota promissória)	N/A	Custo amortizado	4.542	4.542	3.450	3.450
Nota promissória Mineração Vale Verde (MVV)	2	Valor Justo	51.967	12.888	40.307	-
Valor justo da opção de dívida - Pandion	2	Valor Justo	42.966	42.966	-	-
			914.946	875.867	337.482	297.175
Passivos financeiros						
<i>Ao valor justo por meio do resultado</i>						
Passivos derivativos	2	Valor Justo	811	811	915	915
<i>Outros passivos financeiros</i>						
Fornecedores e outras contas a pagar	N/A	Custo amortizado	378.799	378.799	229.718	229.718
Empréstimos de curto prazo	N/A	Custo amortizado	148.028	148.028	89.095	89.095
Empréstimos de longo prazo	N/A	Custo amortizado	217.953	217.953	84.040	84.040
Outras provisões	3	Valor Justo	-	-	-	-
Outros passivos	3	Valor Justo	3.247	3.247	4.769	4.769
			748.838	748.838	408.537	408.537

A Aura mensura alguns de seus ativos e passivos financeiros ao valor justo de forma recorrente e estes são classificados na sua totalidade com base no nível mais baixo de dados, significativo para a mensuração do valor justo. Existem três níveis da hierarquia do valor justo que priorizam as informações nas técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo, sendo que as informações de nível 1 têm a maior prioridade. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1, que são dados sobre preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2, que são dados diferentes dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e Nível 3, que são dados para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados de mercado observáveis.

A Aura classifica ativos e passivos derivativos no Nível 2 da hierarquia do valor justo, pois são avaliados usando modelos de precificação que requerem uma variedade de informações, como o preço esperado do ouro.

28 GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Os objetivos da Companhia na gestão de capital são garantir a manutenção de liquidez suficiente a fim de desenvolver e operar adequadamente seus projetos atuais e buscar iniciativas estratégicas de crescimento, garantir que os requisitos de capital impostos externamente relacionados a quaisquer obrigações de empréstimos sejam cumpridos e fornecer retornos aos acionistas e benefícios para outras partes interessadas (“*stakeholders*”). Ao avaliar a estrutura de capital da Companhia, a Administração inclui em sua avaliação os componentes do patrimônio líquido e de empréstimos de longo prazo. A Aura administra sua estrutura de capital considerando mudanças nas condições econômicas, nas características de risco dos ativos envolvidos e nos requisitos de liquidez da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Aura pode ser obrigada a emitir ações ordinárias ou dívida, amortizar empréstimos existentes, adquirir ou vender ativos ou ajustar valores de determinados investimentos.

Para facilitar o gerenciamento de capital, a Aura elabora orçamentos anuais que são atualizados periodicamente se as mudanças nos negócios da Companhia forem consideradas significativas. O Conselho de Administração da Companhia revisa e aprova todos os orçamentos operacionais e de capital, bem como a celebração de quaisquer obrigações de empréstimos relevantes e quaisquer transações relevantes fora do curso normal dos negócios, incluindo alienações, aquisições e outros investimentos ou desinvestimentos. Antes de 2019, a Aura não pagou dividendos. No final de 2019, a Aura declarou dividendos em 27 de dezembro de 2019.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em janeiro de 2020, a Aura pagou dividendos no valor de R\$ 13.556.

Em 22 de junho de 2020, o conselho de administração da Companhia aprovou uma política de dividendos, pelo qual a Aura determinará um dividendo anual com base em 20% de seu EBITDA ajustado anual menos despesas de capital operacionais e despesas de capital de exploração, a pagar como dividendos em dinheiro aos detentores de suas ações. Espera-se que os dividendos sejam declarados e pagos uma vez por ano a partir de 2021, com base nos resultados do ano anterior, com data de registro no dia ou logo após o anúncio dos resultados financeiros anuais da Companhia. Como tal, qualquer dividendo a pagar sob a Política de Dividendos será pago no segundo trimestre de cada ano.

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração ao Pessoal-Chave da Administração

A remuneração total paga ao pessoal-chave da Administração, remuneração dos diretores e outros executivos-chave da Administração para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Salários e benefícios de curto prazo a empregados	17.863	6.991
Pagamentos baseados em ações	3.072	1.344
Honorários de diretoria	6.313	665
Benefícios de rescisão	455	1.154
	27.704	10.154

Honorários de diretoria

A administração emitiu 189.795 unidades de estoque diferido (DSUs) para certos diretores e ex-diretores da Companhia. As DSUs são reconhecidas pelo valor de mercado das ações da Companhia com base nas disposições do acordo.

Pagamento dos royalties Irajá

Como parte da transação EPP com a Yamana Gold Inc. ("Yamana"), Mineração Aipoena S.A. ("Aipoena") assinou um contrato de royalties (o "Contrato de Royalties EPP"), datado de 21 de junho de 2016, com Serra da Borda Mineração e Metalurgia S.A. ("SBMM"), controlada integral da Yamana. A partir de 21 de junho de 2016, Aipoena deveria pagar para a SBMM royalties (os "Royalties") iguais a 2,0% da receita líquida da fundição de todo o ouro extraído ou beneficiado pela Aipoena (o "Metal"), vendido ou considerado como vendido pela ou para a Aipoena a partir da referida data. A partir do momento em que a Aipoena pagar Royalties sobre até 1.000.000 onças troy do metal, os Royalties devem, sem a exigência de qualquer ato ou formalidade adicional, ser reduzidos a 1,0% das receitas líquidas da fundição sobre todo o metal vendido ou considerado como vendido pela ou para a Aipoena.

Em 27 de outubro de 2017, SBMM assinou um contrato (o "Contrato de Troca de Royalties") com Irajá Mineração Ltda., uma empresa controlada por Paulo de Brito, uma empresa terceira, pela troca do Contrato de Royalties EPP pelos Royalty RDM (como definido no Contrato de Troca de Royalties), com nenhuma alteração nos termos e no cálculo dos royalties. A Aura incorreu em despesas relacionadas a royalties no valor de R\$ 13.025 nos doze meses de 2020 e tem um passivo em aberto em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.491.

Nota Promissória para a Rio Novo

Na conclusão da Incorporação com a Rio Novo, a Aura assumiu as obrigações das notas promissórias emitidas pela Rio Novo em favor da Northwestern (Nota 13).

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Contrato de Royalties para a Rio Novo

Aura, por meio de sua controlada integral Rio Novo, mantém um contrato de royalties com Mineração Santa Elina Ind. e Com. S.A., segundo o qual a controlada deve pagar 1,2% da receita líquida da fundição sobre todo o ouro extraído ou vendido, a partir do momento em que a sua produção comercial for declarada. A controlada está atualmente em fase de cuidados e manutenção.

30 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis foram identificados como a Mina de San Andres, as Minas EPP, a Mina de Aranzazu, Corporativo, Projetos Almas, Matupá e Tolda Fria Projects e Gold Road. A Aura gerencia seus negócios, incluindo a alocação de recursos e avaliação de desempenho, projeto por projeto, exceto onde os projetos da Companhia estão substancialmente conectados e compartilham recursos e funções administrativas. Os segmentos apresentados refletem a maneira pela qual a Administração da Companhia avalia seu desempenho de negócios. O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A gerência executiva é responsável por alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos operacionais.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as informações por segmento são as seguintes:

Períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020	Minas de San		Mina de Aranzazu	Corporativo	Projecto Almas, Matupá & Tolda Fria (1)		Gold Road	Total
	Andres	Minas EPP						
Vendas e clientes externos	494.363	606.631	458.251	-	-	10.800	1.570.045	
Custo de produção	254.529	261.334	276.395	-	-	8.606	800.864	
Depreciação, amortização e exaustão	28.080	40.497	48.682	-	-	2.447	119.706	
Lucro bruto	211.754	304.800	133.174	-	-	(253)	649.475	
Despesas gerais e administrativas	(3.258)	(11.378)	(16.994)	(56.730)	(530)	(6.636)	(95.526)	
despesas de tratamento e manutenção	-	(3.853)	(11)	-	(3.693)	(628)	(8.185)	
Gastos com exploração	(5.554)	(19.208)	(2.539)	-	-	(960)	(28.261)	
Lucro operacional	202.942	270.361	113.630	(56.730)	(4.223)	(8.477)	517.503	
Despesas Financeiras	(13.149)	(8.071)	(9.397)	(240)	(14)	(17.487)	(48.358)	
Perda líquida em opções de compra e contratos a preço fixo - Ouro	(4.269)	(7.103)	(4.134)	(22.915)	-	-	(38.421)	
Perda líquida em opções de compra - Cobre	-	-	(9.097)	-	-	-	(9.097)	
Ganho (perda) líquida em derivativos de moeda estrangeira	-	(17.500)	-	(12.016)	-	-	(29.516)	
Ganho (perda) cambial	(1.478)	(8.578)	97	966	(279)	-	(9.272)	
Outras despesas	691	3.249	(5.282)	13.484	(5)	17.336	29.473	
Resultado antes do impostos de renda	184.737	232.358	85.817	(77.451)	(4.521)	(8.628)	412.312	
Impostos de renda corrente	(51.019)	(63.494)	(10.721)	(4)	-	-	(125.238)	
Impostos de renda diferido	(6.665)	134.830	(18.646)	-	(11.602)	-	97.917	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	127.053	303.694	56.450	(77.455)	(16.123)	(8.628)	384.991	
Imobilizado	231.981	217.752	502.080	1.792	284.629	170.898	1.409.132	
Total do ativo	455.215	607.926	675.576	528.368	286.199	233.133	2.786.417	
CAPEX	45.429	73.801	86.787	-	8.402	55.501	269.919	

(1) Os Projetos Almas, Matupá e Tolda Fria não são projetos operacionais e não estão gerando receitas. A Companhia cuida da manutenção do ativo como está sob cuidado e manutenção.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019	Minas de San		Mina de		Projetos Almas, Matupa & Tolda	
	Andres	Minas EPP	Aranzazu	Corporativo	Fria	Total
Vendas a clientes externos	316.057	301.463	280.788	-	-	898.308
Custo de produção	212.643	208.383	194.354	-	-	615.380
Depreciação, amortização e exaustão	26.625	34.262	27.483	-	-	88.370
Lucro Bruto	76.789	58.818	58.951	-	-	194.558
Despesas gerais e administrativas	(2.485)	(7.312)	(9.079)	(27.813)	(120)	(46.809)
Despesas de tratamento e manutenção	-	(4.962)	-	-	(841)	(5.803)
Gastos com exploração	(957)	(11.771)	(1.092)	-	-	(13.820)
Lucro operacional	73.347	34.773	48.780	(27.813)	(961)	128.126
Despesas Financeiras	(10.755)	(5.394)	(15.017)	(92)	(16)	(31.274)
Perda líquida em opções de compra e contratos a preço fixo - Ouro	(4.529)	(2.728)	(165)	(11.239)	-	(18.661)
Perda líquida em opções de compra - Cobre	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) líquido em derivativos de moeda estrangeira	-	(661)	-	(1.090)	-	(1.751)
Ganho (perda) cambial	(1.979)	(12.992)	(1.734)	7.655	273	(8.777)
Outras despesas	174	4	1.145	651	-	1.974
Resultado antes do imposto de renda	56.258	13.002	33.009	(31.928)	(704)	69.637
Impostos de renda	(23.608)	(11.177)	(5.991)	(110)	1.498	(39.388)
Recuperação futura de imposto (despesa)	2.402	-	74.915	-	(3.355)	73.962
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	35.052	1.825	101.933	(32.038)	(2.561)	104.211
Imobilizado	162.312	111.211	368.039	585	214.361	856.508
Total do ativo	301.762	314.507	525.508	56.067	214.953	1.412.797
CAPEX	10.426	21.240	67.923	-	3.909	103.497

31 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

a) Compromissos operacionais

A Aura possui os seguintes compromissos por pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
Menos de um ano	890	2.019
2 a 4 anos	39	838
	929	2.857

b) Contingências

Certas condições podem existir na data destas demonstrações financeiras, o que pode resultar em uma perda para a Aura no futuro, quando certos eventos ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Aura avalia em cada data base de relatório suas perdas contingentes relacionadas a processos judiciais em andamento, avaliando a probabilidade de tais processos, bem como os valores reivindicados ou esperados.

Provisão de R\$3.674 (2019: R\$ 1.322) para perdas contingentes relacionadas a ações judiciais em andamento está incluída em outras provisões em 31 de dezembro de 2020.

32 LUCRO POR AÇÃO

O Lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O lucro diluído por ação é calculado usando o “método se convertido” na avaliação do impacto da diluição de instrumentos conversíveis até o vencimento. O método se convertido assume que todos os instrumentos conversíveis até o vencimento foram convertidos para determinar o lucro totalmente diluído por ação se eles estiverem dentro do dinheiro, exceto quando tal conversão for antidilutiva. No caso de consolidação ou divisão de ações, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é ajustado retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

Aura Minerals Inc.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A tabela a seguir resume a atividade para os anos encerrados em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro (Prujuízo) do período	384.991	104.211
Media ponderada das ações ordinarias em circulação - basico	67.912.271	65.294.719
Media ponderada das ações ordinarias em circulação - Diluido	69.148.606	65.915.914
Lucro por ação - Basico	5,67	1,60
Lucro por ação - Diluido	5,57	1,58

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia avaliou os eventos subsequentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e determinou que não ocorreram eventos que exigissem ajustes em nossas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto os seguintes:

Pagamento antecipado da Trafigura

Em fevereiro de 2021, Trafigura México, SA de CV concordou em fazer um pagamento adiantado de US\$ 6.000 para Aranzazu Holdings Ltda, em uma transação relacionada o contrato de compra e venda celebrado entre as partes em novembro de 2020. O adiantamento tem uma taxa de juros anual de 5,00% com uma data de vencimento de março de 2022.